



Relatório de Atividades

3º Trimestre



Presidência

Conselheiro Renato Martins Costa

Vice-Presidência

Conselheiro Antonio Roque Citadini

Corregedoria

Conselheira Cristiana de Castro Moraes

Conselheiros

Robson Marinho

Sidney Estanislau Beraldo

Dimas Ramalho

Marco Aurélio Bertaiolli

Corpo de Conselheiros Substitutos – Auditores

Auditor Alexandre Manir Figueiredo Sarquis – Coordenador

Conselheiros Substitutos – Auditores

Antonio Carlos dos Santos

Josué Romero

Márcio Martins de Camargo

Samy Wurman

Silvia Monteiro

Valdenir Antonio Polizeli

Ministério Público junto ao Tribunal - MPC

Letícia Formoso Delsin Matuck Feres – Procuradora-Geral

Procuradores

Celso Augusto Matuck Feres Junior

Élida Graziane Pinto

João Paulo Giordano Fontes

José Mendes Neto

Rafael Antonio Baldo

Rafael Neubern Demarchi Costa

Renata Constante Cestari

Thiago Pinheiro Lima

Procuradoria da Fazenda do Estado junto ao TCESP

Denis Dela Vedova Gomes – Procurador-Chefe

Procuradores

Carim José Feres

João Carlos Pietropaolo

Patrícia Ulson Pizarro Werner

Débora Sammarco Milena

Secretaria-Diretoria Geral – SDG

Germano Fraga Lima

Departamento Geral de Administração – DGA

Carlos Eduardo Corrêa Malek

Departamento de Tecnologia da Informação – DTI

Fábio Correa Xavier

SUMÁRIO

1.	CORPO DIRETIVO	29
2.	DADOS CONSOLIDADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS.....	30
2.1.	FÍSICOS.....	30
2.2.	ELETRÔNICOS	31
3.	DADOS CONSOLIDADOS DOS JULGAMENTOS.....	32
3.1.	PELO TRIBUNAL PLENO.....	32
3.2.	PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS	32
3.3.	PELOS CONSELHEIROS EM DECISÕES SINGULARES	32
3.4.	PELOS CONSELHEIROS SUBSTITUTOS - AUDITORES.....	32
3.5.	MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TRIBUNAL – MPC	33
3.6.	PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE	33
4.	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL	34
4.1.	SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG.....	34
4.1.1.	Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4).....	34
4.1.2.	Departamentos de Supervisão da Fiscalização – DSFs I e II	34
4.1.3.	Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual – NAEC	37
4.1.4.	Assessoria Técnico-Jurídica – ATJ.....	38
4.1.5.	Divisão de Auditoria Eletrônica – Audesp	38
4.2.	DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO – DGA	38
4.2.1.	Diretoria de Contabilidade e Finanças	38
4.2.2.	Planejamento e Orçamento	38
4.3.	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DTI.....	46
4.4.	GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA – GTP.....	47
4.5.	ESCOLA PAULISTA DE CONTAS PÚBLICAS – EPCP	47
4.6.	CENTRO DE GESTÃO DO e-TCESP	49
4.7.	DIRETORIA DE COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA – DCE	50
4.8.	DIRETORIA DE EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA – DEP.....	52
4.9.	OUVIDORIA.....	52
4.10.	DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – DCS.....	53
4.11.	ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO	55
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
	ANEXO – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCESP.....	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Conselheiros Substitutos - Auditores)	30
Tabela 2 – Processos Instruídos – DSFs.....	34
Tabela 3 – Atividades desenvolvidas nas Fiscalizações Estaduais	35
Tabela 4 – Atividades desenvolvidas nas Fiscalizações Municipais.....	35
Tabela 5 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2024 – Despesas Correntes.....	42
Tabela 6 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2024 – Despesas de Capital	43
Tabela 7 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2024 - Despesas Correntes	43
Tabela 8 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2024 - Despesas de Capital	44
Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2024 – Empenhado – Despesas Correntes.....	44
Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2024 – Empenhado – Despesas de Capital	45
Tabela 11 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2024 – Realizado – Despesas Correntes	45
Tabela 12 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2024 – Realizado – Despesas de Capital	46
Tabela 13 - Atividades da EPCP - 3º trimestre	48
Tabela 14 - Atividades do Centro de Gestão do e-TCESP no trimestre.....	49
Tabela 15 - Comunicados expedidos pelo GP	56
Tabela 16 - Comunicados expedidos pela SDG.....	57

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Resumo dos Dados de Julgamento - 3º trimestre	33
Gráfico 2 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Estadual.....	36
Gráfico 3 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Municipal	37
Gráfico 4 - Atendimentos realizados pela Ouvidoria	52
Gráfico 5 - Menções feitas ao TCESP na mídia convencional e nas redes sociais.....	53

APRESENTAÇÃO



*Em prosseguimento às comemorações do seu primeiro centenário, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo promoveu uma série de **eventos especiais** e implementou **importantes projetos** que passaram a fazer parte da história da instituição.*

*Nesse sentido, ocorreu o aguardado lançamento do livro “**A História do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – Primeiro Centenário**”. A obra, elaborada em parceria com a Universidade de São Paulo e o Arquivo Público do Estado de São Paulo, **narra toda a trajetória da Corte ao longo dos cem anos de existência**, desde a sua instituição, em 6 de maio de 1924. A publicação está disponível para leitura, em sua versão digital e gratuita, no site do TCESP, pelo link <https://www.tce.sp.gov.br/publicacoes/historia-tribunal-contas-estado-sao-paulo>.*

*Igualmente sinônimo de grande expectativa, foi a **inauguração do Memorial do TCESP**. O espaço traz a memória da história do Tribunal, com painéis interativos e recursos tecnológicos avançados, apresentando-se como um **legado para toda a sociedade**. O local está **aberto para visitação do público em geral** e de forma totalmente gratuita.*

*Ainda como iniciativas dedicadas aos primeiros cem anos, destacam-se as **Sessões Especiais do Tribunal Pleno para outorga do “Colar do Centenário”** e da “**Medalha Presidente Washington Luís**” àqueles que contribuíram para a construção da história do TCESP. Também merece menção o lançamento do livro de crônicas intitulado “**As Histórias que Contam – Histórias das Pessoas nos 100 Anos do TCESP**”, publicação que traz, ao longo de 320 páginas, crônicas com base em relatos e narrativas de servidores.*

*E como é prioritário e obrigatório, constam do presente relatório, elaborado **em cumprimento do previsto no artigo 33, § 3º, da Constituição Paulista**, as principais atividades desenvolvidas **no decorrer do terceiro trimestre do exercício de 2024**, relacionadas ao exercício do controle externo e à área administrativa.*

RENATO MARTINS COSTA
PRESIDENTE

Totens sobre Desenvolvimento Sustentável



Como parte das comemorações de seu centenário, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) realizou uma ação especial nos municípios onde estão localizadas sua Sede e suas Unidades Regionais.

Dessa forma, Adamantina, Andradina, Araçatuba, Araraquara, Araras, Bauru, Campinas, Fernandópolis, Guaratinguetá, Itapeva, Ituverava, Marília, Mogi Guaçu, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, Santos, São José dos Campos, São José do Rio Preto, São Paulo e Sorocaba **receberam totens e painéis em áreas verdes urbanas para divulgar a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.**

Os textos foram desenvolvidos pelo Observatório do Futuro do TCESP e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Por estarem instalados em locais de grande circulação, os cidadãos podem ter acesso às informações, saber mais sobre os conteúdos dos ODS usando os QR Codes e ainda deixar registrada sua visita com uma foto em um painel “instagramável”.

Com a ação, o TCESP implementa um de seus programas, o “Faça Parte – ODS”, envolvendo o Tribunal de Contas, o Governo do Estado de São Paulo, o PNUD, a Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente da Prefeitura da Cidade de São Paulo, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo e as Prefeituras dos 20 municípios participantes.

A iniciativa elegeu espaços públicos, de convivência dos municípios, como forma de engajamento social na temática “desenvolvimento sustentável”, englobando os mais variados aspectos, quais sejam: meio ambiente, instituições eficazes, Educação, Saúde e bem-estar.

Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo



O Tribunal de Contas se juntou ao chamado feito pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) para promover o estímulo de seus municípios jurisdicionados a aderirem ao **Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos**. A iniciativa é do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que objetiva ampliar as matrículas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), assegurando a qualidade na oferta. Segundo dados do Governo Federal, via Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) 2023, do IBGE, o Brasil contava com 9,3 milhões de pessoas – com 15 anos ou mais de idade – não alfabetizadas. Isso equivale a uma taxa de não alfabetizados de 5,4%.

Congresso Nacional de Comunicação



O TCESP, representado pelo Diretor de Comunicação Social, Fernando Henrique Martins, participou dos debates e das oficinas da segunda edição do **Congresso Nacional de Comunicação dos Tribunais de Contas (CNCTC)**, nos dias 4 e 5 de julho, em Vitória (ES). Durante dois dias, membros das áreas de comunicação dos Tribunais de Contas puderam se atualizar sobre as tendências do setor. O evento buscou o aprimoramento na qualidade da comunicação institucional.

Equilíbrio Financeiro Atuarial dos RPPS



O Tribunal de Contas promoveu, no dia 18 de julho, no Auditório Nobre, na Capital, o congresso **“Desafios do Equilíbrio Financeiro e Atuarial nos Regimes Próprios de Previdência Social”**. Com mais de 2 mil visualizações pela internet e, aproximadamente, 300 usuários simultâneos, o encontro foi direcionado aos servidores dos Tribunais de Contas de todo o país e servidores que atuam com os Regimes Próprios de Previdência Social e em setores de Controle Interno. Dentre outros temas, o evento debateu as fontes alternativas de financiamento dos RPPS, os fundos de investimento imobiliário e fiscalização atuarial pelos TCs. O Congresso foi realizado de forma conjunta com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, a Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais (ABIPEM) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Educação para recomeçar



No trimestre, o TCE SP também aderiu à ação **“Educação para Recomeçar”**, lançada pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, que tem o propósito de **apoiar o retorno dos estudantes às aulas no Rio Grande do Sul**. O objetivo da campanha foi dotar os estudantes com *kits* de material escolar (sobretudo aos oriundos de famílias de menor renda), garantir aos discentes a sua manutenção na escola e contribuir para a retomada do aprendizado dos alunos após a histórica enchente que atingiu o Rio Grande do Sul ao longo do mês de maio deste exercício.

Gestão Pública



O **Conselheiro Dimas Ramalho** representou o Tribunal de Contas, no dia 22 de julho, em evento do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de São Paulo (Crea-SP). Sua participação se deu ao proferir palestra na "Trilha de Desenvolvimento em Gestão Pública". O programa é composto por 12 módulos, com especialistas renomados em gestão pública, abordando diferentes temas a cada encontro. O Conselheiro Dimas Ramalho participou do sexto módulo, com o tema "**Administração Pública e o controle externo: o papel do Tribunal de Contas**". A aula foi aberta pela Presidente do Crea-SP, Ligia Marta Mackey e pelo Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, Vinicius Marquese.

Redes sociais do TCESP



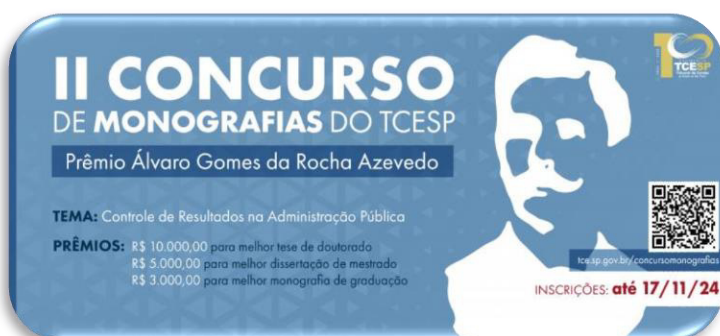
Levantamento da plataforma SocialMediaGov, da empresa WeGov, que analisa redes sociais governamentais, apontou que o **TCESP é o terceiro melhor do país em volume de publicações**, ficando atrás apenas do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCMGO) e do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE). A Corte de Contas paulista também ficou em **terceiro lugar no quesito “interações do público” nas redes sociais**, que englobam Instagram, X, Facebook e YouTube. Com 32.297 interações com seus seguidores, o TCESP perdeu para o Tribunal de Contas da União e o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCAM). A medição e os resultados foram referentes ao primeiro semestre de 2024.

Livro de crônicas com histórias dos 100 anos



Como parte das atividades alusivas ao centenário do órgão, o TCESP lançou, no dia 25 de julho, o livro **“As histórias que Contam – Histórias das Pessoas nos 100 Anos do TCESP”**, publicação que traz, ao longo de 320 páginas, crônicas com base em **relatos e narrativas de servidores**. A publicação foi coordenada pelo Jornalista e Diretor de Comunicação Social (DCS), Fernando Henrique Martins, e pelo Diretor-Técnico da Diretoria de Tecnologia (DTEC), José David de Araujo, que entrevistaram e editaram as crônicas narradas por servidores ativos e aposentados do órgão.

II Concurso de Monografias do TCESP



No terceiro trimestre, o TCESP abriu as inscrições para o II Concurso de Monografias “Prêmio Álvaro Gomes da Rocha Azevedo”, com o tema **“Controle de Resultados na Administração Pública”**. O concurso visa premiar os autores dos melhores

trabalhos nas categorias: tese de doutorado, dissertação de mestrado e monografia de graduação com as quantias de R\$ 10 mil, R\$ 5 mil e R\$ 3 mil, respectivamente. A participação é garantida a cidadãos de qualquer nacionalidade, que comprovem a titulação acadêmica da categoria pretendida e que tenham 18 anos completos no ato da inscrição.

XXII Semana Jurídica do TCESP

Com a presença de autoridades e expoentes do Direito no Brasil, o Tribunal de Contas promoveu, entre os dias 5 e 9 de agosto, a **XXII Semana Jurídica, evento anual que tem como proposta debater assuntos de relevância para a Administração Pública.**

Ao longo dos cinco dias de programação, as atividades, com palestras e debates, ocorreram no Auditório Nobre “Professor José Luiz de Anhaia Mello”, na Capital, com transmissão em tempo real pelo canal do TCE no YouTube. As palestras foram direcionadas a servidores públicos, representantes de órgãos da Administração Pública, lideranças políticas, estudantes, acadêmicos e sociedade em geral.

A palestra inaugural foi proferida pelo Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Desembargador Fernando Antônio Torres Garcia. Os debates seguiram na terça-feira (6/8) com a participação da Advogada e Professora Doutora em Direito Constitucional na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Diretora Presidente do Instituto Liberta, Luciana de Toledo Temer.

O terceiro dia de programação contou com a palestra da Professora Titular de Direito Penal da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP), Ana Elisa Silva Bechara. Na quinta-feira (8/8), o Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), Celso Fernandes Campilongo, proferiu palestra aos participantes. Já o encerramento, na sexta-feira (9/8), teve palestra magna do Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes.

Programa Execução Fiscal Eficiente



O **Acordo de Cooperação Técnica** assinado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, pela Procuradoria Geral do Estado e por dezenas de Prefeituras paulistas apresentou resultados positivos. O Acordo, parte do projeto “Execução Fiscal Eficiente”, visou **racionalizar e melhorar o processo de execução fiscal, focando na extinção de ações envolvendo dívidas tributárias de baixo valor**. Na edição de 7 de agosto, o Diário da Justiça Eletrônico do TJSP informou que, desde a implantação do programa, mais de 1 milhão de processos infrutíferos que tratavam de execuções fiscais foram extintos, resultado que refletiu a eficiência do projeto. A medida possibilitou a eliminação de processos com valores inferiores a R\$ 10 mil que ficaram pelo menos um ano sem movimentação útil. O papel do TCESP foi orientar os jurisdicionados a adotarem as medidas estabelecidas para a resolução dos débitos sem a necessidade do acionamento da Justiça.

Boletim de licitações e contratos



Para orientar os jurisdicionados sobre as mudanças impostas pela Lei Federal n.º 14.133/2021, o Tribunal lançou uma nova edição do “**Boletim de Atualização Licitações e Contratos**”. O material publicou os entendimentos da Corte, as alterações

e os impactos promovidos pela nova lei. O Boletim está disponível para leitura no *link* <https://go.tce.sp.gov.br/5w7vgj>.

Alertas da Lei de Responsabilidade Fiscal



Levantamento realizado pelo Tribunal apontou que **84,7% dos municípios paulistas estavam em situação de desequilíbrio das contas por estarem com a arrecadação abaixo do esperado para o período ou por apresentarem indícios de irregularidade na gestão orçamentária**. Isso porque, dos 644 municípios fiscalizados pela Corte de Contas, 546 receberam alertas do TCE conforme disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000). Apenas 35 municípios (5,4%) estavam regulares em suas contas e não receberam nenhum tipo de alerta. Os alertas, com relação completa com os nomes dos municípios e dos gestores, foram veiculados na forma do Comunicado GP n.º 50/2024, publicado na edição de 10 de agosto do Diário Oficial do TCE. As informações estão disponíveis para consulta pública e *download* por meio do *infosite* “Visor”, acessível pelo link www.tce.sp.gov.br/visor.

Nova Lei de Licitações e Contratos

SEMINÁRIO

19/8
SEGUNDA
14h | 17h
AUDITÓRIO NOBRE

Nova Lei de Licitações e Contratos

Inscreva-se!
go.tce.sp.gov.br/ouj52

streaming.tce.sp.gov.br/lives

TCE
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

ABERTURA
RENATO MARTINS COSTA
Presidente do TCESP

PALESTRANTES
ALEFIANA RODRIGUES DO NASCIMENTO
Agente de Fiscalização do TCESP

GUILHERME JARDIM JURKSAITIS
Assessor Técnico-Procurador do TCESP

ROBSON LUIS CORREIA
Diretor Técnico de Divisão do TCESP

O TCESP realizou, em 19 de agosto, no Auditório Nobre “Professor José Luiz de Anhaia Mello”, evento com o intuito de **debater as decisões recentes da Corte de Contas acerca da Nova Lei de Licitações** (Lei n.º 14.133/2021). O seminário foi

direcionado a servidores públicos municipais e estaduais, aos acadêmicos de Direito e à sociedade em geral.

Emendas PIX



As transferências especiais, introduzidas na Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 105/2019 mediante a inclusão do artigo 166-A, conhecidas como **“Emendas PIX”**, foram objeto de apontamentos realizados pelos **Audidores de Controle Externo do TCESP**, constando do relatório produzido pela fiscalização, documento que subsidia o parecer das contas anuais das Prefeituras paulistas emitido pelos Conselheiros Relatores. Com o intuito de evitar que a descentralização de tais recursos e o maior grau de liberdade na aplicação prejudique sua utilização, transparência e prestação de contas, o TCU definiu que é de competência do sistema de controle local, ou seja, do respectivo Tribunal de Contas, a fiscalização do recebimento e da utilização destes recursos. Assim, a Corte de Contas paulista, no cumprimento de suas competências constitucionais, tem produzido uma série de normas no intuito de instruir os jurisdicionados e de intensificar a atuação das unidades de fiscalização sobre a correta aplicação das “Emendas PIX”.

Capacitações sobre Terceiro Setor



No dia 19 de agosto, o TCE realizou, a primeira de uma série de quatro encontros sobre temas ligados ao Terceiro Setor. Na rodada inicial, o assunto central foi **“Planejamento Prévio e Plano de Trabalho”**. A capacitação, no Auditório Nobre, foi

direcionada, principalmente, aos servidores públicos estaduais e municipais que atuam no planejamento e em entidades integrantes do Terceiro Setor.

Certificado de Garantia de Qualidade



O Tribunal de Contas recebeu, no dia 22 de agosto, **Declaração de Garantia de Qualidade, emitida pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, que certifica a conclusão do ciclo de 2024.** Durante dois dias, integrantes da Subcomissão de Garantia da Qualidade (SGC) realizaram trabalhos de verificação das informações prestadas por diversos setores e áreas do TCESP em atendimento aos quesitos que compõe o Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas do Brasil – MMD-TC. O documento foi entregue ao Presidente do TCE, Conselheiro Renato Martins Costa, durante audiência realizada na Presidência. O MMD-TC é um instrumento de avaliação que visa verificar o desempenho dos Tribunais de Contas, identificando pontos fortes e oportunidades de melhoria nas rotinas administrativas, de fiscalização e de processos de julgamento. O projeto também tem o intuito de dar visibilidade às boas práticas desenvolvidas pelos órgãos de controle externo.

18 anos da Lei Maria da Penha



Representado pela responsável pela Ouvidoria das Mulheres, Mariana Freitas de Carvalho Florio Rosa, e pela servidora do Corpo de Conselheiros Substitutos – Auditores do TCE, Andreia Albertino Rodrigues, o Tribunal de Contas do

Estado participou, em 21 de agosto, da **solenidade em homenagem aos 18 anos da Lei Maria da Penha.** A cerimônia ocorreu no Salão Nobre da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP) e contou com a presença da ativista Maria da Penha, que dá nome à Lei. Mais de 800 pessoas marcaram presença no evento.

Outorga do “Colar do Centenário”



Durante sessão especial em 28 de agosto, o TCESP realizou a outorga do “Colar do Centenário” aos Procuradores do Ministério Público de Contas junto ao TCESP que já ocuparam a Procuradoria-Geral do órgão: Letícia Delsin Matuck Feres; Rafael Neubern Demarchi Costa, Celso Augusto Matuck Feres Junior e Thiago Pinheiro Lima. A comenda também foi entregue aos Conselheiros Substitutos – Auditores Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, Samy Wurman e Silvia Monteiro, que já coordenaram o Corpo de Conselheiros Substitutos – Auditores. Ainda foram condecorados o Secretário-Diretor Geral, Germano Fraga Lima, os Diretores de Supervisão da Fiscalização Paulo Massaru Uesugi Sugiura e Alexandre Teixeira Carsola, e o Chefe de Gabinete da Presidência, Sérgio Ciquera Rossi. Ademais, o Colar foi entregue ao Diretor do DGA, Carlos Eduardo Corrêa Malek, ao Diretor do DTI, Fábio Correa Xavier; e ao Procurador da Fazenda do Estado junto ao TCESP Luiz Menezes Neto, que chefiou os trabalhos do órgão entre 1992 e 2023.

Campanha conjunta de doação de sangue



Mais de 120 servidores públicos participaram, no dia 21 de agosto, da terceira rodada da **campanha conjunta de doação de sangue** realizada pelo TCESP com o TJSP e as Secretarias de Estado de Agricultura e Abastecimento, Fazenda e Planejamento e de Turismo e Viagens. A ação, realizada nas dependências do Palácio da Justiça, teve **105 bolsas coletadas, que puderam ajudar mais de 400 vidas.**

Atualização do Painel ODS



O Tribunal de Contas atualizou os dados estaduais do Painel ODS. A plataforma possibilita **identificar as ações de fiscalização e auditorias realizadas pelo órgão junto ao Governo do Estado de São Paulo, entre os anos de 2015 e 2022, e sua relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), previstos na Agenda 2030 da ONU.** A ferramenta disponibiliza informações captadas pelos setores de fiscalização do Tribunal: pela Divisão de Auditoria Eletrônica (Audesp) — como parte da coleta de dados para a composição do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M) — e pela Diretoria de Contas do Governador (DCG), na análise das contas do Estado. O cruzamento dos dados estaduais é feito a partir dos relatórios das fiscalizações operacionais elaborados pelo TCESP, por meio da DCG, que realiza, anualmente, o acompanhamento contábil, orçamentário, financeiro e operacional das contas do Governo do Estado.

Debates sobre Educação Básica



Ao lado de lideranças educacionais, pesquisadores e especialistas em Educação, o Tribunal de Contas participou, em 22 de agosto, na sede do Insper, na Capital, do evento **“Diálogos pela Equidade na Educação: Contribuições da**

Pesquisa Aplicada”. Na oportunidade, a Corte de Contas foi representada pela Diretora da 6ª Diretoria de Fiscalização (DF-06), Roberta Veras.

Solenidade comemorativa aos 100 anos do TCESP



Com a presença de parlamentares, líderes de bancadas, representantes de Cortes de Contas e autoridades públicas, a **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp)**, **promoveu**, no dia 30 de agosto, no Plenário “Presidente Juscelino Kubitschek”, na Capital, **sessão solene em homenagem à Corte de Contas paulista, que completou 100 anos de atividades em 6 de maio deste ano**. A solenidade, comandada pelo Presidente da Alesp, Deputado André do Prado, foi fruto de requerimento apresentado pelo Deputado Estadual Thiago Auricchio, e referendada pelo Colégio de Líderes e parlamentares. Compuseram a mesa, o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Desembargador Fernando Antonio Torres Garcia; o Secretário-Chefe da Casa Civil, Arthur Lima, representando o Governador Tarcísio de Freitas; o Procurador-Geral de Justiça, Paulo Sérgio de Oliveira e Costa; e a Defensora Pública Geral de São Paulo, Luciana Jordão.

Nova Lei de Licitações nas Universidades



2º ENCONTRO TÉCNICO Segundo Ciclo

A Nova Lei de Licitações e sua aplicação pelas universidades do Estado de São Paulo

PALESTRANTES
ALEFIANA RODRIGUES | Agente da Fiscalização do TCESP
ELIAS SANTOS FERREIRA | Diretor Técnico da Fiscalização do TCESP
SAULO AUGUSTO TURBIANI MACHADO | Chefe Técnico da Fiscalização do TCESP

PRÓXIMOS ENCONTROS
3º Encontro: 14/10 | Encerramento: 9/12

ON-LINE
26/8
SEGUNDA
13h | 17h

Inscreva-se em
go.tce.sp.gov.br/2encontro

streaming.tce.sp.gov.br/lives

unesp USP TCESP

Em parceria com a Unicamp, a USP e a Unesp, o TCE realizou o **segundo encontro técnico do ano para debater a Nova Lei de Licitações**. A capacitação englobou temas como as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nas licitações públicas e as decisões do TCESP referentes à Nova Lei de Licitações. As próximas reuniões estão marcadas para ocorrer no dia 14 de outubro, nas dependências da USP, e em 9 de dezembro, no Auditório Nobre da Corte de Contas paulista.

Suspensões indevidas de sites oficiais de Prefeituras



O Tribunal divulgou, por meio do Comunicado nº 53/2024, **alerta aos Chefes de Executivo para não retirarem do ar os sites institucionais das Prefeituras**. Algumas Prefeituras, segundo a Corte, estavam adotando a prática de suspender os portais oficiais dos municípios, baseando-se em uma **interpretação equivocada da Lei nº 9.504/1997**. O Comunicado elucidou o disposto no artigo 73, inciso VI, da Lei nº 9.504/1997, que tem como objetivo impedir o uso da máquina pública para fins eleitorais. A proibição, prevista em lei, não se estende à manutenção dos portais institucionais e oficiais das Prefeituras, os quais desempenham um papel essencial na transparência pública e na prestação de serviços à população. A veiculação em portais institucionais, durante o período eleitoral, deve se limitar somente à disponibilização de informações de caráter “estritamente informativo e de serviços de utilidade pública”.

Compensação Previdenciária



O Tribunal de Contas realizou, em 29 de agosto, o *workshop* “BG Comprev”, que abordou diversos **aspectos relacionados à Compensação Previdenciária (Comprev)**. Além de uma introdução sobre o tema e aspectos da legislação aplicável, o evento tratou do fluxo operacional, desde o pedido de compensação pelos municípios até o cálculo e pagamento. Além disso, foi explicitado o funcionamento do sistema BG Comprev.

Comunicação Não-Violenta no setor público



Preocupado com o tema, o Tribunal de Contas realizou, em 12 de setembro, a palestra “Introdução à Comunicação Não-Violenta (CNV)”, proferida pela Educadora Marina de Martino, formada em Letras e Pedagogia, com especialização e Arteterapia Junguiana e em Pedagogia Social. A palestra, realizada no Auditório Nobre do TCE, na Capital, abordou o **uso da CNV no aprimoramento dos relacionamentos intrapessoais, interpessoais e sistêmicos, no ambiente corporativo e na vida pessoal**. Participaram da mesa de trabalhos o Presidente do TCESP, Conselheiro Renato Martins; a Conselheira-Corregedora, Cristiana de Castro Moraes; a Diretora da Diretoria de Saúde e Assistência Social (DASAS), Fernanda Borges Keid; e a Ouvidora da Mulher do TCESP, Mariana Freitas de Carvalho Florio Rosa.

Capacitação de servidores



Em 29 de agosto, o Tribunal de Contas do Estado promoveu a primeira etapa de um ciclo de palestras voltadas aos servidores que atuam na área de controle externo. Organizado pelo MPC junto ao TCESP, o evento teve como foco o **aprimoramento do conhecimento e a discussão de temas atuais e relevantes ao contexto jurídico e administrativo da Corte de Contas paulista**.

Memorial do TCESP



No dia 19 de setembro, o Tribunal de Contas do Estado promoveu **solenidade de inauguração do Memorial do TCESP**. O espaço, criado por ocasião dos 100 anos da instituição, conta com um espaço dinâmico para recepções, exposições, atividades pedagógicas e culturais, além de ser um espaço de convivência para os servidores e visitantes. O espaço, localizado no piso térreo do Prédio-Sede, na Capital, conta com painéis interativos e informativos sobre servidores, dirigentes e membros do Colegiado do TCESP. Além disso, a história da Corte de Contas paulista é contada por meio de objetos icônicos, documentos históricos e imagens que fizeram parte do cotidiano ao longo de sua trajetória.

Primeiro lugar em ranking de TI



O Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação do TCESP, Fábio Correa Xavier, conquistou a primeira posição no prêmio “Executivo de TI do Ano 2024”, na categoria “setor público”. Realizada pelo IT Fórum, em parceria com a Deloitte, a premiação é

destinada a **homenagear os profissionais que mais se destacaram ao longo do ano no setor de Tecnologia**. O prêmio é um dos mais importantes na área de Tecnologia no Brasil, sendo entregue desde 2001 aos executivos de destaque de cada segmento.

Solenidade de entrega do “Colar do Centenário” e da “Medalha Washington Luís”

Com o Auditório Nobre repleto, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo realizou, no dia 19 de setembro, **Sessão Especial do Pleno para outorga do “Colar do Centenário” e “Medalha Presidente Washington Luís”**. As honrarias foram entregues a autoridades e personalidades que contribuíram com o órgão ao longo de seu centenário.

Concebido em função do transcurso de 100 anos do TCEESP, comemorado em 6 de maio deste ano, o “Colar do Centenário” foi entregue ao Reitor da Universidade de São Paulo (USP), Professor Carlos Gilberto Carlotti Junior; ao Diretor Vice-Presidente de Compliance e Institucional da Multiplan, Vander Aloisio Giordano; à Secretária da Cultura, Economia e Indústrias Criativas do Estado de São Paulo, Marília Marton; e ao Procurador do Ministério Público de Contas junto ao TCEESP Thiago Pinheiro Lima.

Por colaborarem na concepção, pesquisa e edição do livro “A História do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – Primeiro Centenário”, produzido em parceria com a Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), o TCE conferiu a “Medalha Washington Luís” a docentes e dirigentes da academia.

Foram homenageados o Diretor-Presidente da Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), Sérgio Miceli Pessoa de Barros; o Procurador-Geral da USP, Marcelo José Magalhães Bonizzi; o Professor Titular de Filosofia da Faculdade de Direito da USP, José Reinaldo de Lima Lopes; a Professora do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, Íris Kantor; o Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da USP, Ariel Engel Pesse; e o Coordenador do Arquivo Público do Estado de São Paulo, o historiador Thiago Lima Nicodemo.

Lançamento do livro “A História do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo”

Ainda durante cerimônia realizada em 19 de setembro, **o TCESP lançou o livro “A História do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – Primeiro Centenário”, com um retrospecto histórico dos 100 anos de história da Corte.**

O primeiro capítulo retrata o início do Brasil República até 1945. A obra traz um rico registro de notícias, mapas, plantas e documentos, como a ata de instalação da 1ª sessão do Tribunal, datada de 6 de maio de 1924.

Já o segundo capítulo é focado no período pós-guerra, de 1945 até 1969. Nessa fase, o Tribunal passa por uma grande reestruturação. Também é neste período que a Corte de Contas paulista ganha sua sede própria, inaugurada em 4 de janeiro de 1963.

Após 1963, a Corte viveu a entrada no período do Regime Militar. E esse é justamente o assunto do terceiro capítulo, que conta como o TCESP avançou em meio ao turbulento período da ditadura militar até a redemocratização do Brasil.

Com a nova Constituição, o último capítulo da obra traz registros de 1988 até os tempos atuais, assegurando o papel e a atuação do TCESP. A legislação brasileira também se sofisticou e ampliou o olhar dos Tribunais de Contas com dispositivos como a Lei de Licitações e a Lei de Responsabilidade Fiscal, por exemplo.

A obra é encerrada com entrevistas dos Conselheiros da atual composição do TCESP, mapas, ilustrações e importantes referências usadas pelos autores.

Capacitação sobre Concessões e Parcerias Público-Privadas



O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo realizou, no dia 23 de setembro, uma capacitação com o objetivo de **apresentar as novas funções do Módulo de Concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs), conhecido como Fase IV do Sistema de Auditoria Eletrônica (Audesp)**. O curso, voltado aos servidores estaduais e municipais que atuam na área, aconteceu no Auditório Nobre “Professor José Luiz de Anhaia Mello”, na Capital, e teve mais de 1 mil visualizações durante a transmissão simultânea no canal oficial da EPCP no YouTube. O evento teve abertura feita pelo Chefe Técnico de Fiscalização da Audesp, César Schneider, e as atividades foram ministradas pela Auditora de Controle Externo, Ana Hiromi Iwai, e pelo Assessor Técnico de Gabinete, Fabrício Carvalho Macieira.

Saúde Mental



Com o objetivo de abordar os riscos à saúde mental e as formas de prevenção ao suicídio, o Tribunal de Contas promoveu, no dia 16 de setembro, palestra com o tema **“Saúde Mental e Prevenção ao Suicídio: Conceitos, Estratégias e**

Desafios”. O tema merece destaque, pois, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), mais de 700 mil pessoas morrem por ano devido ao suicídio, representando uma a cada 100 mortes registradas.

Novo edital do Acordo Paulista



O Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Conselheiro Renato Martins Costa, participou, em 24 de setembro, de cerimônia no Palácio dos Bandeirantes, sede do Governo do Estado, do lançamento do novo edital do programa “Acordo Paulista”, que permitirá aos cidadãos paulistas a renegociação de dívidas junto ao Estado, com o Imposto Sobre Propriedade de Veículo Automotor (IPVA), além de débitos de custas processuais junto ao Tribunal de Justiça e multas aplicadas pelo TCE.

A solenidade contou com a presença de autoridades públicas e privadas, diretores e funcionários dos órgãos afetos ao programa, secretários de Estado, deputados e agentes públicos, e dirigentes de órgãos públicos e entidades.

Em suas palavras, o Presidente do TCE destacou a importância do programa e disse que o tema da gestão da dívida ativa sempre foi uma pauta de preocupação do órgão. O novo edital lançado, segundo o Conselheiro-Presidente está mais focado no cidadão.

O Governador Tarcísio de Freitas, por sua vez, disse que a intenção é promover uma grande ação social, trazer tranquilidade para uma série de paulistas que por algum motivo ficaram com atrasos de IPVA.

O programa faz parte do “SP na Direção Certa”, lançado em fevereiro passado, com a regulamentação da Lei Estadual 17.843/23, que instituiu o “Acordo Paulista”. A expectativa é de que, com o novo edital, mais de 880 mil pessoas físicas e 70 mil pessoas jurídicas sejam beneficiadas, negociando um total de R\$ 2 bilhões em débitos.

Congresso de Saneamento e Encontro Nacional de Mobilidade Urbana

A **Conselheira Cristiana de Castro Moraes** participou, em 26 de setembro, em Vitória (ES), das atividades do I Congresso de Saneamento dos Tribunais de Contas (CSTC). O evento teve como objetivo **discutir a importância de uma visão estruturada em busca da melhoria dos serviços de saneamento básico consoante o Marco Legal do Saneamento**. Na oportunidade, a Conselheira-Corregedora foi mediadora do painel que discutiu a fiscalização e o controle na política de saneamento básico. Durante o trimestre, a Conselheira, que também é Vice-Presidente de Desenvolvimento e Políticas Públicas do Instituto Rui Barbosa e Corregedora do TCE SP, ainda participou, em Brasília, do “1º Encontro Nacional de Controle Externo em Mobilidade Urbana (ENCEMOB)”. Na mesa com o tema **“Tribunais de Contas no Controle Externo do transporte coletivo: atuação planejada e padronizada no Brasil”**, ela abordou a atuação dos Tribunais no controle externo do transporte coletivo, com foco no intercâmbio de experiências e boas práticas.

Setembro Amarelo

Em alusão à campanha Setembro Amarelo, que pretende conscientizar as pessoas sobre o suicídio e suas formas de enfrentamento, o TCE SP promoveu **palestra sobre prevenção dos transtornos emocionais e suas ocorrências**. A aula, no dia 20 de

setembro, explorou a utilização da arteterapia como ferramenta no tratamento da depressão e da ansiedade, além de técnicas para serem incorporadas no dia a dia.

Fiscalização Ordenada



O Tribunal de Contas realizou, no dia 26 de setembro, uma **fiscalização ordenada em 140 municípios paulistas com a finalidade de verificar a prestação dos serviços de atendimento à mulher vítima de violência doméstica e familiar nos equipamentos geridos pelo Estado.**

A auditoria – que ocorreu de maneira simultânea em cidades da Região Metropolitana, no interior e litoral do Estado – empregou 245 servidores da área da fiscalização, que vistoriaram 229 órgãos: 143 Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs), 66 Institutos Médicos Legais (IMLs), 19 hospitais especializados e 1 central do Centro de Referência e Apoio à Víctima (CRAVI).

O objetivo foi fazer um diagnóstico do atendimento à mulher vítima de violência doméstica e familiar nos equipamentos estaduais, além de verificar a estrutura das unidades, com base principalmente na Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Pena.

Durante a ação, foram analisados, entre outros aspectos, a periodicidade de atendimento; horários de plantão, a estrutura e adequação de espaços; as características dos servidores que prestam atendimento preferencial e no tratamento de casos emergenciais; e se havia a presença de profissionais de saúde (médicos, enfermeiros, psicólogos) capacitados no enfrentamento à violência doméstica, familiar e de gênero.

Relações institucionais

Comandante Geral da PM paulista



O Coronel PM **Cássio Araújo de Freitas**, Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), participou, em 1º de julho, de audiência com o Presidente do TCESP, que foi agraciado com um exemplar do

Livro Comemorativo aos 190 anos da Polícia Militar no Estado, completados em 2021.

Defensora Pública-Geral do Estado



O Conselheiro-Presidente Renato Martins Costa, recebeu, no dia 2 de julho, a visita da **nova Defensora Pública-Geral, Luciana Jordão da Motta**, que responderá pelo comando da Defensoria paulista no biênio 2024-2026. Integraram a

comitiva da Defensoria a Primeira Subdefensora Pública-Geral, Bruna Simões; Defensor Público Controlador-Geral, Alvimar Virgílio de Almeida; e a Coordenadora Assessoria Jurídica, Camila de Sousa Medeiros Torres Watanabe.

Cônsul-Geral do Japão em São Paulo



O Conselheiro Marco Aurélio Bertaiolli recebeu, no dia 14 de agosto, o **Cônsul-Geral do Japão, Shimizu Toru**, responsável pelas **atividades do Consulado Geral do Japão em São Paulo**. Durante a audiência, o Cônsul-Geral buscou

saber sobre a atuação do Tribunal de Contas; sistema de tributação de impostos; e acompanhamento das despesas e receitas dos municípios do Estado de São Paulo.

Visita do Ministro Bruno Dantas à FMUSP



O Presidente Renato Martins Costa participou da **visita institucional realizada pelo Ministro Bruno Dantas, do TCU, à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP)**, no dia 6 de setembro, na Capital paulista. A solenidade, realizada na sala da Congregação, fez parte de uma série de iniciativas da Faculdade, em parceria com a Fundação Faculdade de Medicina, para estreitar o relacionamento com os três poderes do governo, garantindo alinhamento, agilidade e a transparência nas atividades realizadas.

Audiência com o Ministro André Mendonça



O Tribunal de Contas recebeu, no dia 16 de setembro, a visita do **Ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal**. Além de conhecer espaços da Corte de Contas paulista, o Ministro participou de audiência com o Colegiado do Tribunal, no Gabinete da Presidência. A conversa foi pautada pelo reforço da atuação das instituições e seu papel no Estado Democrático de Direito, bem como a lembrança do Centenário do TCESP.

4ª Semana de Contabilidade do TJSP



A Corte de Contas paulista, representada pelo Conselheiro-Presidente, Renato Martins Costa, prestigiou, no dia 23 de setembro, no Palácio da Justiça, na Capital, a **abertura da 4ª edição da Semana da Contabilidade do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP)**.

O Presidente Renato Martins Costa participou da **visita institucional realizada pelo Ministro Bruno Dantas, do TCU, à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP)**, no dia 6 de setembro, na Capital paulista. A solenidade, realizada na sala da Congregação, fez parte de uma série de iniciativas da Faculdade, em parceria com a Fundação Faculdade de Medicina, para estreitar o relacionamento com os três poderes do governo, garantindo alinhamento, agilidade e a transparência nas atividades realizadas.

O Tribunal de Contas recebeu, no dia 16 de setembro, a visita do **Ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal**. Além de conhecer espaços da Corte de Contas paulista, o Ministro participou de audiência com o Colegiado do Tribunal, no Gabinete da Presidência. A conversa foi pautada pelo reforço da atuação das instituições e seu papel no Estado Democrático de Direito, bem como a lembrança do Centenário do TCESP.

A Corte de Contas paulista, representada pelo Conselheiro-Presidente, Renato Martins Costa, prestigiou, no dia 23 de setembro, no Palácio da Justiça, na Capital, a **abertura da 4ª edição da Semana da Contabilidade do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP)**.

1. CORPO DIRETIVO

No dia 1º de fevereiro de 2024, tomaram posse para o mandato de um ano o Conselheiro Renato Martins, Presidente, o Conselheiro Antonio Roque Citadini, Vice-Presidente, e a Conselheira Cristiana de Castro Moraes, Corregedora.

Em decorrência, o Tribunal Pleno e as Câmaras de Julgamento passaram a funcionar com a seguinte composição:

TRIBUNAL PLENO: reúne-se às quartas-feiras – 10h00

Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA – PRESIDENTE**
Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI – VICE-PRESIDENTE**
Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES – CORREGEDORA**
Conselheiro **ROBSON MARINHO**
Conselheiro **DIMAS RAMALHO**
Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO**
Conselheiro **MARCO AURÉLIO BERTAIOLLI**

PRIMEIRA CÂMARA: reúne-se às terças-feiras – 14h30

Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI – PRESIDENTE**
Conselheiro **DIMAS RAMALHO**
Conselheiro **MARCO AURÉLIO BERTAIOLLI**

SEGUNDA CÂMARA: reúne-se às terças-feiras – 10h00

Conselheiro **ROBSON MARINHO – PRESIDENTE**
Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES**
Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO**



Utilize o QRCode ao lado para obter mais informações sobre a composição do Tribunal de Contas do Estado.

2. DADOS CONSOLIDADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS

2.1. FÍSICOS

No terceiro trimestre de 2024, foram distribuídos aos julgadores **37 processos físicos**, conforme classificação abaixo.

Tabela 1 - Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Conselheiros Substitutos - Auditores)

MATÉRIA	Conselheiros	Conselheiros Substitutos - Auditores	Total Geral
Comunicado – Autos Próprios	-	1	1
Contrato	4	-	4
Contas Municipais	1	-	1
Prestação de Contas – Repasses Órgãos Públicos – Convênio – Valor Superior	1	-	1
Prestação de Contas – Repasses Terceiro Setor – Contrato de Gestão	2	1	3
Prestação de Contas – Repasses Terceiro Setor – Valor Inferior	1	-	1
Recurso Ordinário	23	-	23
Representação	1	-	1
Revisão de Julgado	2	-	2
TOTAL	35	2	37

2.2. ELETRÔNICOS

No período, foram distribuídos **5.895 processos eletrônicos**, conforme classificação apresentada abaixo:

Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos
(Conselheiros, Corpo de Conselheiros Substitutos - Auditores e Gabinete da Presidência)

MATÉRIA	GABINETE								Total Geral
	GCARC	GCRRM	GCCCM	GCDER	GCSEB	GCMAB	CCS-A	GP	
Ações	2	2	1	3	1	1	-	-	10
Adiantamentos	10	11	11	9	10	11	-	-	62
Atos de Pessoal	-	-	2	-	2	-	1.231	35	1.270
Concurso Público	2	2	-	-	-	3	-	-	7
Consultas	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Contas de Câmaras	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Contratos	215	191	226	239	222	205	201	11	1.510
Exame Prévio de Edital	88	85	81	85	84	83	-	2	508
Expedientes	35	46	39	38	44	40	18	141	401
Expedientes do Ministério Público	34	16	34	29	23	27	35	57	255
Expedientes do Poder Judiciário	9	10	10	7	7	9	4	24	80
Instrução de Representação	-	-	-	-	-	-	-	12	12
Medida Cautelar em Licitação	11	11	6	9	8	7	-	-	52
Multas e sanções	-	2	3	-	12	-	-	-	17
Recursos	110	108	126	112	112	115	25	17	725
Relatório de Fiscalização	-	-	1	71	4	-	-	-	76
Repasses Públicos	141	117	106	158	126	117	41	14	820
Representação	10	9	16	11	11	11	19	1	88
Total Geral	667	611	662	772	666	629	1.574	314	5.895

TOTAL GERAL – PROCESSOS DISTRIBUÍDOS: FÍSICOS + ELETRÔNICOS	5.932
--	--------------

3. DADOS CONSOLIDADOS DOS JULGAMENTOS

3.1. PELO TRIBUNAL PLENO

No terceiro trimestre do presente exercício, foram realizadas **11 sessões ordinárias**, nas quais o **Tribunal Pleno**:

- Apreciou **356 processos**, devidamente inseridos nas pautas de julgamento, publicadas na Imprensa Oficial.
- Analisou **378 representações em sede de Exame Prévio de Edital**, que consiste no exame antecipado (isto é, antes do recebimento das propostas) de editais de licitação lançados por órgãos jurisdicionados, mediante impugnação apresentada por quaisquer interessados.

Além disso, o Egrégio Plenário se reuniu, no período, em **seis sessões para tratar de assuntos internos de natureza administrativa**.

3.2. PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS

Tanto a Primeira quanto a Segunda Câmara reuniram-se em **11 sessões ordinárias**. Ademais, tendo julgado, ao todo, **1.208 e 1.187 processos**, respectivamente.

3.3. PELOS CONSELHEIROS EM DECISÕES SINGULARES

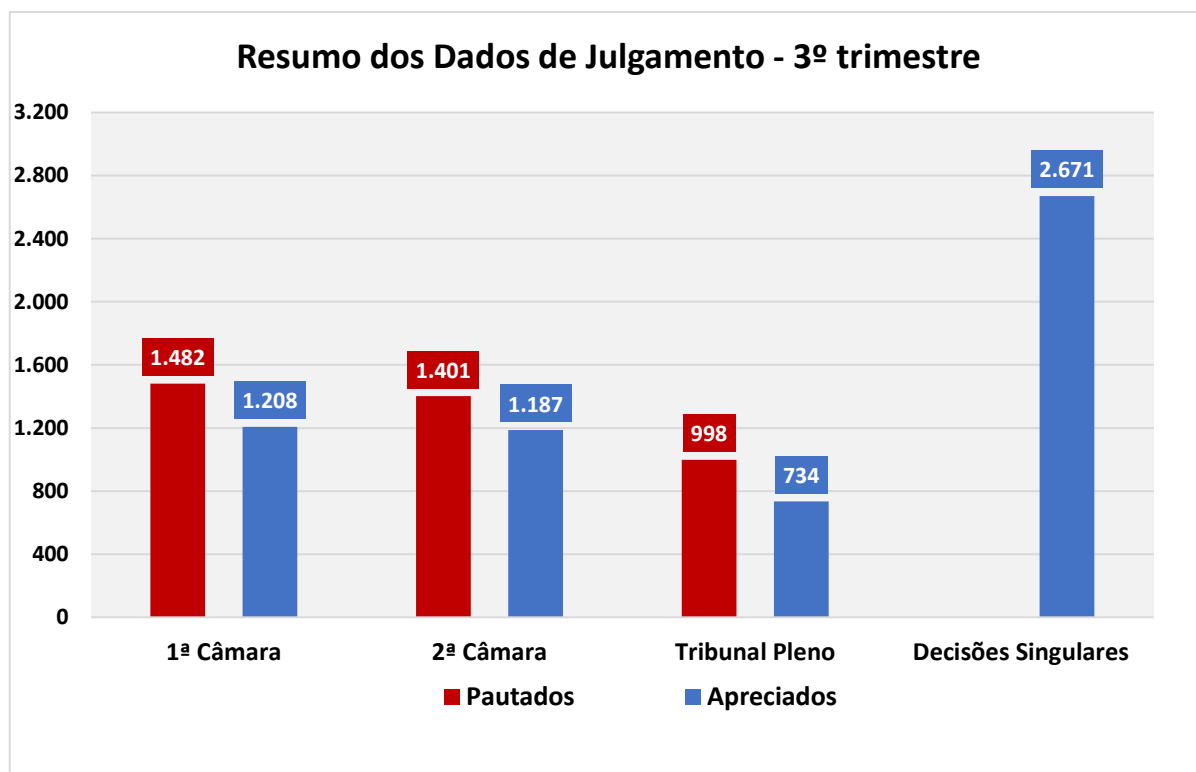
No período, **foram proferidas 655 sentenças**, devidamente publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado (DOE-TCESP), em respeito às normas legais que regem a matéria.

3.4. PELOS CONSELHEIROS SUBSTITUTOS - AUDITORES

O Corpo de Conselheiros Substitutos - Auditores é constituído por sete ocupantes do cargo de Auditor, criado pela Lei Complementar nº 979, de 8 de dezembro de 2005. Dentre outras competências previstas no Regimento Interno, ressalte-se a substituição dos Senhores Conselheiros em suas ausências e impedimentos. No terceiro trimestre de 2024, as matérias tratadas em **2.016 autos foram julgadas pelos Senhores Conselheiros Substitutos - Auditores**.

O gráfico abaixo sintetiza a quantidade de processos apreciados e julgados pelos órgãos colegiados do Tribunal, bem como os decididos monocraticamente:

Gráfico 1 - Resumo dos Dados de Julgamento - 3º trimestre



3.5. MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TRIBUNAL – MPC

O Ministério Público de Contas, instituído pela Lei Complementar nº 1.110, de 14 de maio de 2010, junto a este Tribunal, conta com **9 Procuradores** e tem suas atribuições definidas no Capítulo VII do Regimento Interno do TCESP. No período, tramitaram pelo órgão **8.278 processos**, incluindo físicos e eletrônicos.

3.6. PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE

Na conformidade do artigo 5º da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, combinado com o artigo 60 do Regimento Interno, é compulsório o trânsito de todos os processos, que envolvam utilização de recursos do Tesouro Estadual, pela Procuradoria da Fazenda do Estado junto ao Tribunal de Contas. Durante o terceiro trimestre de 2024, o órgão se manifestou em **1.166 feitos**.

4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL

4.1. SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG

Compete à Secretaria-Diretoria Geral supervisionar ações de fiscalização exercidas pelo Tribunal, bem como dar assistência às sessões do Tribunal Pleno e das Câmaras, na conformidade do disposto nos Artigos 211 a 213, do Regimento Interno. O Secretário-Diretor Geral, no trimestre, **manifestou-se em 897 processos**.

4.1.1. Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4)

Os setores de Pauta, Taquigrafia e Jurisprudência, subordinados à SDG, são responsáveis pela inclusão dos processos na Ordem do Dia e pela publicação e pelo acompanhamento das pautas de julgamento, assim como pela elaboração dos serviços de taquigrafia, que condensam todos os relatórios e as discussões ocorridas nos julgamentos das sessões, procedendo à elaboração de atas e notas taquigráficas. Responsabilizam-se, também, pela pesquisa e elaboração de certidões e a administração da relação de responsáveis por contas julgadas irregulares, disponibilizada à Justiça Eleitoral.

Considerando a 1ª Câmara, a 2ª Câmara e o Tribunal Pleno, no período, foram pautados (SDG-3) **4.142 processos**, dos quais **358 resultaram em notas taquigráficas** (SDG-1).

Já a Seção de Jurisprudência (SDG-4), em cumprimento à Resolução CNJ nº 156/12, emitiu **5.463 certidões**.

4.1.2. Departamentos de Supervisão da Fiscalização – DSFs I e II

Aos Departamentos de Supervisão da Fiscalização I e II, que respondem à SDG, estão afetas **10 Diretorias de Fiscalização (DFs)**, a **Diretoria de Contas do Governador (DCG)** e **20 Unidades Regionais (URs)**.

Considerando as áreas municipais e estaduais, foram instruídos, no período, **9.652 processos** pelas unidades subordinadas aos DSFs I e II.

Tabela 2 – Processos Instruídos – DSFs

Tipo de Processo	Quantidade
Processos Físicos	2.258
Processos Eletrônicos	7.394

As tabelas 3 e 4 revelam os números e os órgãos ou as entidades de procedência das matérias tratadas nesses processos:

Tabela 3 – Atividades desenvolvidas nas Fiscalizações Estaduais

FISCALIZAÇÕES ESTADUAIS	JUL	AGO	SET	Subtotal
ACOMPANHAMENTO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL	43	34	40	117
AUTARQUIA ESTADUAL	4	6	5	15
ECONOMIA MISTA ESTADUAL	3	6	4	13
EMPRESA PÚBLICA ESTADUAL	1	-	2	3
ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA ESTADUAL	1	2	-	3
ENTIDADE GERENCIADA - OSE	5	12	6	23
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE APOIO	9	7	4	20
FUNDAÇÃO ESTADUAL CONVENIADA	5	8	3	16
FUNDAÇÃO ESTADUAL TÍPICA	-	5	7	12
ORGANIZAÇÃO SOCIAL	4	3	3	10
SECRETARIA	11	-	-	11
TRIBUNAL	-	-	1	1
UNIDADE ADMINISTRATIVA - AUTARQUIA	12	6	3	21
UNIDADE DE SECRETARIA / UGE	2	8	5	15
TOTAIS	100	97	83	280

Tabela 4 – Atividades desenvolvidas nas Fiscalizações Municipais

FISCALIZAÇÕES MUNICIPAIS	JUL	AGO	SET	Subtotal
ACOMPANHAMENTO EXECUÇÃO CONTRATUAL	121	130	140	391
AUTARQUIA MUNICIPAL	29	30	19	78
CÂMARA MUNICIPAL	52	57	48	157
CONSÓRCIO MUNICIPAL	12	4	20	36
ECONOMIA MISTA MUNICIPAL	6	7	10	23
EMPRESA PÚBLICA MUNICIPAL	2	7	6	15
ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	18	27	43	88
ENTIDADE GERENCIADA - OSM	4	5	9	18
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE APOIO	1	6	4	11
FUNDAÇÃO MUNICIPAL TÍPICA	7	4	8	19
FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	3	8	11	22
ORGANIZAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL	-	5	8	13
PREFEITURA MUNICIPAL	130	169	151	450
TOTAIS	385	459	477	1.321

Os processos eletrônicos, que correspondem à expressiva maioria dos instruídos no período, apresentam a seguinte segmentação por matéria, nas esferas estadual e municipal:

Gráfico 2 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Estadual

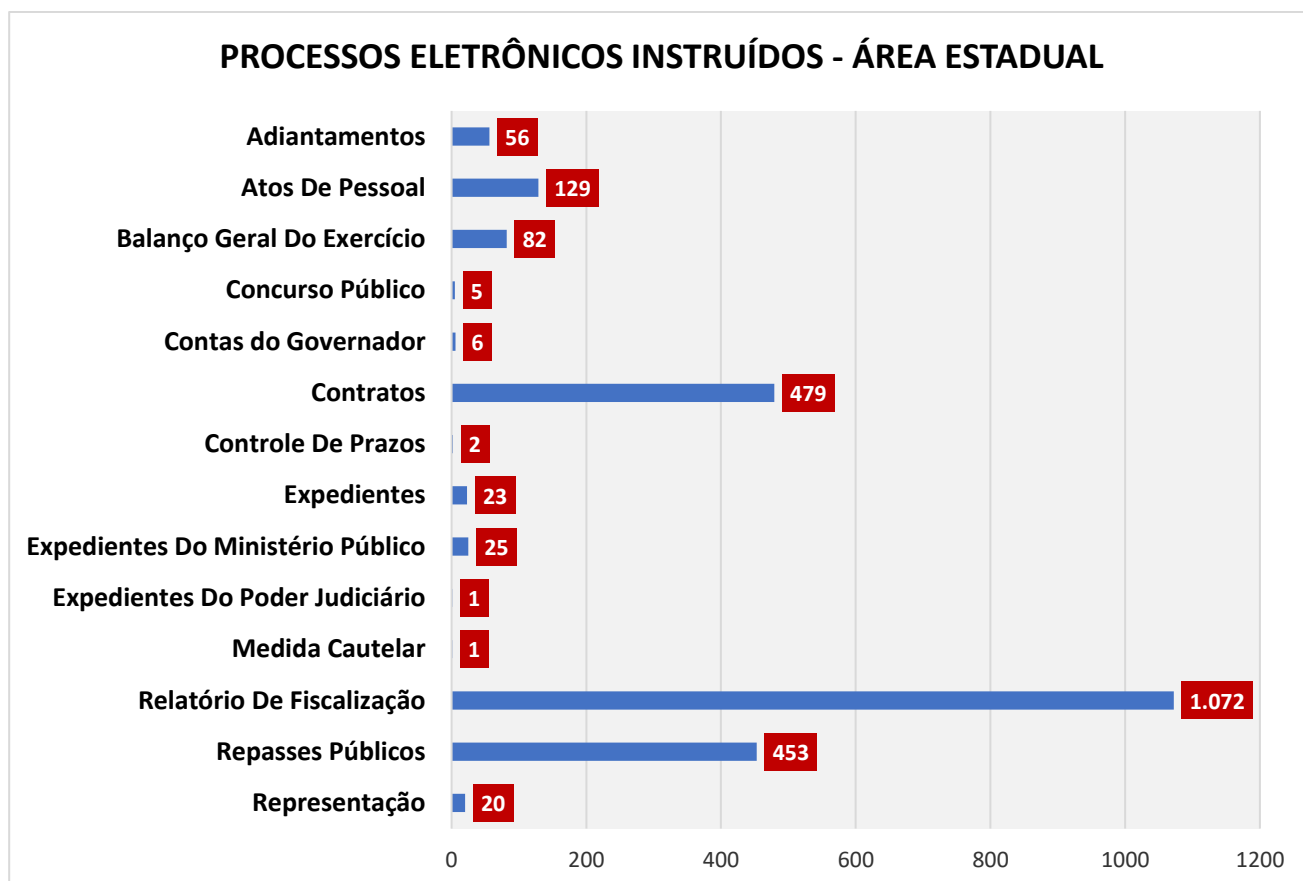
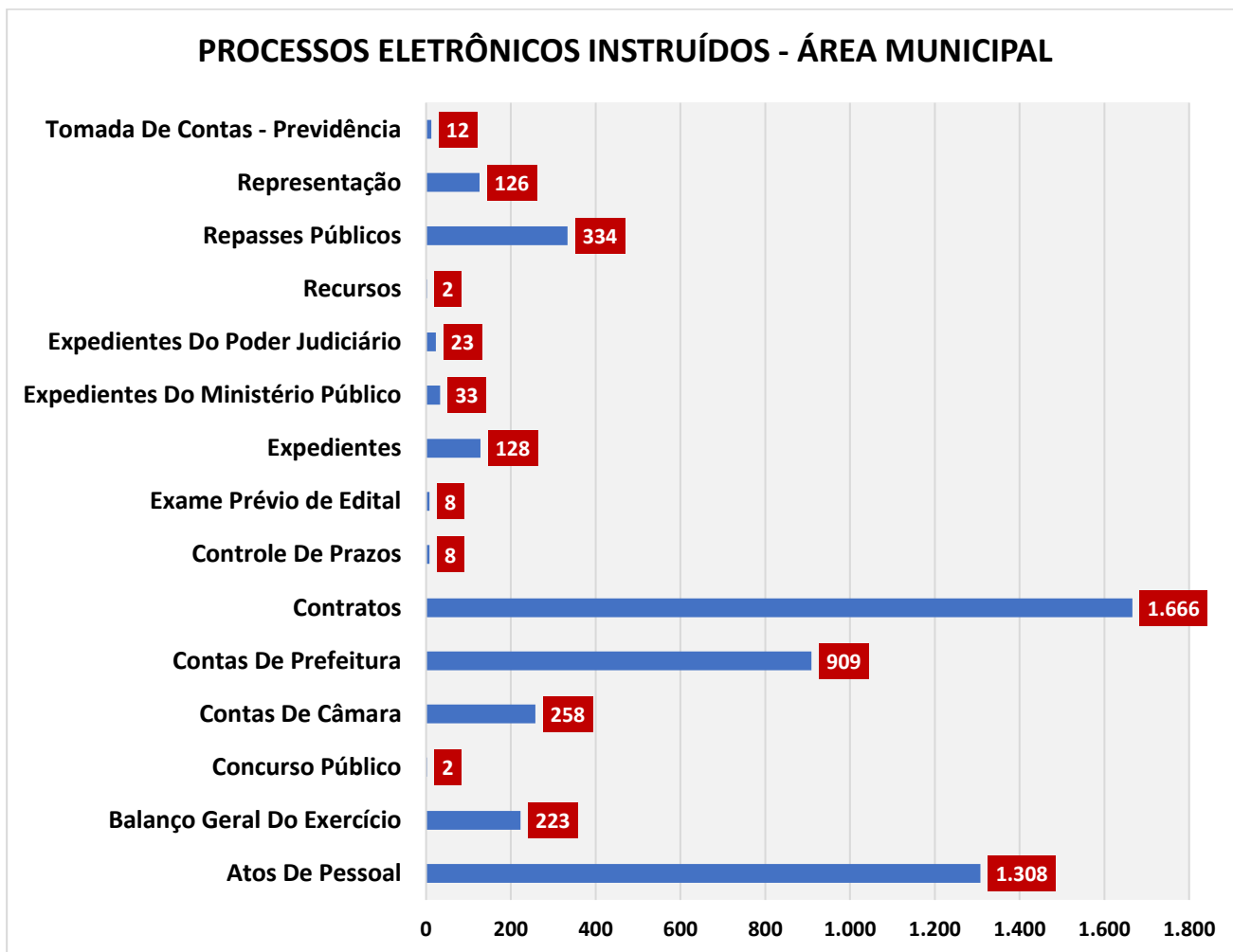


Gráfico 3 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Municipal



* Incluídos no total de processos relacionados às Contas de Prefeitura os expedientes de acompanhamento especial de gastos relacionados à pandemia, bem como aqueles com informações extraídas das Fiscalizações Ordenadas.

4.1.3. Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual – NAEC

Criado pelo Ato GP nº 12/2014 e subordinado aos Departamentos de Supervisão da Fiscalização, o NAEC é responsável pelo acompanhamento e pela análise da execução de contratos cujos objetos envolvam a realização de obras e serviços de engenharia, firmados pelas Administrações municipais e estadual.

No trimestre, dos ajustes já selecionados pelas Diretorias de Fiscalização e Unidades Regionais, por meio de sistema próprio, o NAEC examinou **21 novas contratações do gênero**, além de instruir, no mesmo período, outros **72 processos** com objetos da mesma natureza. No fim de setembro, o Núcleo registrou um total de **916 autos sob seu acompanhamento**.

4.1.4. Assessoria Técnico-Jurídica – ATJ

À área técnica, subordinada à Secretaria-Diretoria Geral, compete a análise dos aspectos jurídicos, econômicos e de engenharia das matérias apreciadas por esta Corte. No trimestre, a ATJ exarou **1.113 manifestações** nos processos que lhe foram submetidos.

4.1.5. Divisão de Auditoria Eletrônica – Audesp

A Divisão de Auditoria Eletrônica é a área responsável pelo gerenciamento, manutenção e desenvolvimento do Sistema Audesp, que coleta eletronicamente dados orçamentários, contábeis, financeiros, patrimoniais e operacionais dos órgãos e entidades jurisdicionados. Este sistema permitiu maior dinamismo nos trabalhos e na qualidade das informações e, como consequência natural, elevou o grau de eficiência e eficácia desta Corte de Contas no cumprimento da sua missão constitucional de fiscalizar e controlar as contas públicas paulistas em benefício da sociedade.

A Divisão de Auditoria Eletrônica também subsidia e apoia a ação fiscalizatória, por meio de indicadores e informações estratégicas, que direcionam o planejamento e a execução das atividades-fim deste Tribunal.

No terceiro trimestre de 2024, o órgão **conduziu 76 atividades macro analíticas, por meio de suas seções.**

4.2. DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO – DGA

Departamento subordinado à Presidência do TCESP e responsável pela atividade-meio do TCESP (área administrativa), é composto por duas Seções de Apoio Administrativo (DGA-1 e DGA-2) e 10 Diretorias. O Diretor Geral de Administração, no trimestre, manifestou-se em **2.737 processos.**

4.2.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças

Responsável pela execução orçamentária do Tribunal, efetua o acompanhamento sistemático do orçamento aprovado por lei, com ênfase na receita e nas despesas realizadas, por período, apresentando relatórios à Presidência.

4.2.2. Planejamento e Orçamento

O Orçamento do Estado para o corrente exercício, aprovado pela Lei n.º 17.863, de 22 de dezembro de 2023, que “Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício

de 2024” foi elaborado em observância à Lei nº 17.725, de 19 de julho de 2023, que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2024”.

A dotação para **as despesas deste Tribunal foi fixada em R\$ 1.047.385.902,00**, sendo R\$ 1.037.220.052,00 para Despesas Correntes (inclusive Pessoal e Encargos) e R\$ 10.165.850,00 para as Despesas de Capital.

O processo de execução do Orçamento do Estado é regulamentado pela Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e obedece às normas estabelecidas para o exercício, quais sejam, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei n.º 17.725/23), o Decreto n.º 68.309, de 18 de janeiro de 2024, que fixa normas para a Execução Orçamentária e Financeira do Exercício de 2024 e a Portaria Conjunta SO-STE-1, de 19 de janeiro de 2024.

A Programação Orçamentária da Despesa do Estado – PODE é a constante do Anexo do Decreto de Execução Orçamentária e Financeira do exercício de 2024 (Decreto n.º 68.309/2024) e reflete as dotações orçamentárias aprovadas na Lei do Orçamento.

Com relação às alterações orçamentárias ocorridas até o presente momento, foram concedidas **suplementações ao orçamento vigente**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação, incluindo a receita diferida, da Fonte 175930063 e 275930063 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa do TCE, devidamente confirmados pela Secretaria da Fazenda, no **valor total de R\$ 80.852.000,00**, através dos expedientes gerados no Sistema de Alterações Orçamentárias – SAO da Secretaria de Planejamento e Gestão, conforme a seguir:

1. Expediente SAO nº 2001/2024-4-0002, concluído em 7/2/2024, referente a Crédito Automático, no valor total de R\$ 200.000,00, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 275 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na Informação CAF n.º 020030-1/2024 de 2/2/2024, ação 4.821 – Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, para cobrir despesas do Ciclo Anual de Aperfeiçoamento do Pessoal da Fiscalização 2024 (CAAPEFIS 2024).

2. Expediente SAO n.º 2001/2024-4-0005, concluído em 27/2/2024, referente a **Crédito Automático**, no valor total de **R\$ 3.000.000,00**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 275 – Superávit Financeiro, confirmados na Informação CAF n.º 020030-1/2024 de 2/2/2024, ação 4.821 – Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, visando ao fornecimento de solução para processamento paralelo de alto desempenho para estruturação, integração, centralização e armazenamento de grandes

volumes de informações, incluindo *software*, assim como serviços de instalação, configuração, operação assistida, mão de obra especializada, transferência de conhecimento e suporte técnico especializado; e ao fornecimento de serviços técnicos especializados de informática para manutenção e expansão do *Data Lake/Analytics* e Inteligência Artificial, compreendendo carga e tratamento dos dados, criação das camadas curadas e provisionadas, modelagem de *Business Intelligence*, criação de conjuntos de dados semânticos e modelos de aprendizagem de máquina, e construção de novos Dashboards.

3. Expediente SAO nº 2001/2024-1-0006, concluído em 2/4/2024, referente a **Crédito Suplementar** ao orçamento da Secretaria de Segurança Pública – Polícia Militar do Estado de São Paulo, com oferecimento de recursos do orçamento do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no valor total de **R\$ 1.548.000,00** à conta da Fonte 150 – Tesouro do Estado com efeitos a partir de Abril de 2024, no Elemento de Despesa 33.90.37.95 – Serviços de Vigilância, visando a cobertura de despesas para a realização da vigilância nos prédios do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme Termo de Cooperação Mútua celebrado entre a Secretaria de Segurança Pública, UO 18004 – Polícia Militar do Estado de São Paulo e o Tribunal de Contas do Estado, nos termos desse expediente **SAO nº 2001/2024-1-00006**, apensado no expediente da Secretaria de Segurança Pública/Polícia Militar do Estado de São Paulo, SAO nº 18004/2024-1-0010.

4. Expediente SAO n.º 2001/2024-4-0008, concluído em 29/4/2024, referente a **Crédito Automático**, no valor total de **R\$ 3.000.000,00**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 275 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na Informação CAF n.º 020030-1/2024 de 2/2/2024 e 020030-2/2024 de 25/4/2024, ação 4.821 – Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, com a finalidade de contratação de solução tecnológica para modernização do Sistema de Auditoria Eletrônica (Audesp), envolvendo aprimoramento, automatização, elaboração, desenvolvimento e publicação de visualizações e/ou relatórios dos indicadores do TCESP.

5. Expediente SAO n.º 2001/2024-4-0009, concluído em 14/5/2024, referente a **Crédito Automático**, no valor total de **R\$ 200.000,00**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 275 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na Informação CAF n.º 020030-3/2024 de 3/5/2024, ação 6304 – Plano de Capacitação de Servidores para cobertura de despesas com serviços educacionais prestados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP) no Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas adaptado às necessidades do contratante.

6. Expediente SAO n.º 2001/2024-4-0010, concluído em 23/8/2024, referente a suplementação para o elemento de despesa 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil, fonte 150010001 – Tesouro Geral, 01032020048210000 – Controle e Fiscalização Financeira/Orçamentária, com a finalidade de sustentar a Revisão Geral de vencimentos e proventos dos servidores do quadro desta Corte de Contas, na data-base fixada em 1º de março, conforme Lei nº 12.680/07, que, neste exercício, se fez pela Lei Complementar nº 1.401/2024, bem como para a aplicação da Resolução PGE nº 12/2024, referente aos reflexos do processos de evolução funcional dessa Corte, nos termos da Lei Complementar nº 1.272/2015 e reflexos na contribuição patronal geradas pelas despesas acima descritas, no valor de R\$ 76.000.000,00 (setenta e seis milhões de reais).

7. Expediente SAO 2001/2024-7-0011, concluído em 12/08/2024, referente a reprogramação do mesmo elemento de despesa referente à antecipação de cota, na Fonte 150010001 - Tesouro-Geral, nos termos da Lei nº 17.863 /2023, de 26 de dezembro de 2023 (que orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2024), no valor total de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para Obrigações Patronais referentes a julho e dezembro de 2024.

8. Expediente SAO 2001/2024-1-0012, apensado em 23/09/2024; referente a oferecimento de recursos no valor total de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), conta da Fonte 150010001 - Tesouro do Estado, em complemento ao expediente 2001/2024-1-0006, para atender o Termo de Cooperação GSSP/ATP-636/22 entre o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e a Polícia Militar do Estado de SP/Secretaria de Segurança Pública de SP.

9. Expediente SAO 2001/2024-5-0013, concluído em 24/09/2024 referente à reprogramação entre elementos de despesas correntes à conta da Fonte 150010001, nos termos da Lei nº 17.863/2023, de 26 de dezembro de 2023 (que orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2024), no valor total de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) na seguinte conformidade: disponibilidade de recursos de custeio na ordem de R\$ 300.000 por conta do adiamento da licitação para contratação global de vigilância; suplementação de R\$ 300.000,00 para confecção dos medalhões comemorativos aos 100 anos do TCESP, aquisição de troféus e medalhas; redução de auxílio-alimentação no montante de R\$ 1.200.000,00, uma vez que o impacto do reajuste ficou abaixo do previsto, com disponibilidade de recursos; e suplementação para custeio de auxílio transporte na ordem de R\$ 1.200.000,00 por adequação ao reajuste da tarifa de transporte público, que passou de R\$ 4,40 para R\$ 5,00.

Os quadros a seguir demonstram a Programação Inicial dos recursos destinados ao Tribunal de Contas, no Orçamento do Estado para 2024, em seguida a Execução Orçamentária, detalhando as alterações mensais na programação inicial, bem como os valores Empenhados e Realizados até o mês de dezembro do corrente exercício.

Observa-se que os dados do último mês do trimestre são sempre provisórios, uma vez que o encerramento do mês no SIAFEM ocorre por volta do dia 18 do mês seguinte.

Tabela 5 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2024 – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FUNTE 150 e 250	FUNTE 150 e 250	FUNTE 175 e 275	FUNTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	73.356.770	12.687.442	356.180	-	13.043.622	86.400.392
Fevereiro	73.356.770	12.687.442	356.180	-	13.043.622	86.400.392
Março	73.356.770	12.687.442	356.180	-	13.043.622	86.400.392
Abril	73.356.770	12.687.442	356.180	-	13.043.622	86.400.392
Mai	73.356.770	12.687.442	356.180	-	13.043.622	86.400.392
Junho	73.356.770	12.687.442	356.180	-	13.043.622	86.400.392
Julho	73.356.770	12.687.442	356.180	-	13.043.622	86.400.392
Agosto	73.356.770	12.687.442	356.180	-	13.043.622	86.400.392
Setembro	73.356.770	12.687.442	356.180	-	13.043.622	86.400.392
Outubro	73.356.770	12.687.442	356.180	-	13.043.622	86.400.392
Novembro	73.356.770	12.687.442	356.180	-	13.043.622	86.400.392
Dezembro	73.709.084	12.748.735	357.921	-	13.106.656	86.815.740
TOTAL	880.633.554	152.310.597	4.275.901	-	156.586.498	1.037.220.052

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado

Fonte 250 – Superávit Tesouro

Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 6 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2024 – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	581.676	265.134	-	846.810	87.247.202
Fevereiro	581.676	265.134	-	846.810	87.247.202
Março	581.676	265.134	-	846.810	87.247.202
Abril	581.676	265.134	-	846.810	87.247.202
Maio	581.676	265.134	-	846.810	87.247.202
Junho	581.676	265.134	-	846.810	87.247.202
Julho	581.676	265.134	-	846.810	87.247.202
Agosto	581.676	265.134	-	846.810	87.247.202
Setembro	581.676	265.134	-	846.810	87.247.202
Outubro	581.676	265.134	-	846.810	87.247.202
Novembro	581.676	265.134	-	846.810	87.247.202
Dezembro	584.489	266.451	-	850.940	87.666.680
TOTAL	6.982.925	3.182.925	-	10.165.850	1.047.385.902

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado

Fonte 250 – Superávit Tesouro

Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 7 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2024 - Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	73.356.770	12.687.442	356.180	-	13.043.622	86.400.392
Fevereiro	73.356.770	12.687.442	3.556.180	-	16.243.622	89.600.392
Março	73.356.770	12.687.442	356.180	-	13.043.622	86.400.392
Abril	73.356.770	11.655.442	3.556.180	-	15.011.622	88.368.392
Maio	73.356.770	12.429.442	356.180	-	12.985.622	86.342.392
Junho	73.356.770	12.429.442	356.180	-	12.785.622	86.142.392
Julho	74.356.770	12.687.442	356.180	-	13.043.622	87.400.392
Agosto	84.156.770	12.687.442	356.180	-	13.043.622	97.200.392
Setembro	84.156.770	12.562.442	356.180	-	12.918.622	97.075.392
Outubro	84.156.770	12.562.442	356.180	-	12.918.622	97.075.392
Novembro	84.156.770	12.562.442	356.180	-	12.918.622	97.075.392
Dezembro	105.509.084	12.623.735	357.921	-	12.981.656	118.490.740
TOTAL	956.633.554	150.262.597	10.675.901	-	160.938.498	1.117.572.052

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado

Fonte 250 – Superávit Tesouro

Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 8 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2024 - Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE	FONTE	FONTE 5	CAPITAL	CORRENTE+CAPITAL
	150 e 250	175 e 275			
Janeiro	581.676	265.134	-	846.810	87.247.202
Fevereiro	581.676	265.134	-	846.810	90.447.202
Março	581.676	265.134	-	846.810	87.247.202
Abril	581.676	265.134	-	846.810	89.215.202
Mai	581.676	265.134	-	846.810	87.189.202
Junho	581.676	265.134	-	846.810	86.989.202
Julho	581.676	265.134	-	846.810	88.247.202
Agosto	581.676	265.134	-	846.810	98.047.202
Setembro	581.676	265.134	-	846.810	97.922.202
Outubro	581.676	265.134	-	846.810	97.922.202
Novembro	581.676	265.134	-	846.810	97.922.202
Dezembro	584.489	266.451	-	850.940	119.341.680
TOTAL	6.982.925	3.182.925	-	10.165.850	1.127.737.902

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado
Fonte 250 – Superávit Tesouro
Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas
Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2024 – Empenhado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE	FONTE	FONTE	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
	150 e 250	150 e 250	175 e 275			
Janeiro	72.623.387,77	25.556.081,51	609.412,50	-	26.165.494,01	98.788.881,78
Fevereiro	70.179.424,61	25.162.984,98	595.081,57	-	25.758.066,55	95.937.491,16
Março	70.451.029,96	15.875.222,88	3.409.106,00	-	19.284.328,88	89.735.358,84
Abril	72.501.862,07	6.955.429,93	1.132.520,41	-	8.087.950,34	80.589.812,41
Mai	72.574.879,69	13.055.507,46	19.079,25	-	13.074.586,71	85.649.466,40
Junho	75.574.000,37	17.345.569,69	215.920,26	-	17.561.489,95	93.135.490,32
Julho	80.415.434,09	6.516.853,98	155.377,46	-	6.672.231,44	87.087.665,53
Agosto	75.342.159,96	7.428.514,09	448.350,23	-	7.876.864,32	83.219.024,28
Setembro	86.637.271,81	6.769.866,88	11.564,54	-	6.781.431,42	93.418.703,23
TOTAL	676.299.450,33	124.666.031,40	6.596.412,22	-	131.262.443,62	807.561.893,95

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado
Fonte 250 – Superávit Tesouro
Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas
Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2024 – Empenhado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	TOTAL CAPITAL	TOTAL GERAL
Janeiro	24.498,81	-	-	24.498,81	98.813.380,59
Fevereiro	-	-	-	-	95.937.491,16
Março	813.691,87	-	-	813.691,87	90.549.050,71
Abril	13.494,00	-	-	13.494,00	80.603.306,41
Maiο	137.308,79	122.814,75	-	260.123,54	85.909.589,94
Junho	278.789,52	-	-	278.789,52	93.414.279,84
Julho	78.002,36	-	-	78.002,36	87.165.667,89
Agosto	7.303,10	-	-	7.303,10	83.226.327,38
Setembro	92.962,00	-	-	92.962,00	93.511.665,23
TOTAL	1.446.050,45	122.814,75	-	1.568.865,20	809.130.759,15

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado
Fonte 250 – Superávit Tesouro
Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas
Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais - PROMOEX

Tabela 11 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2024 – Realizado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	72.623.387,77	5.238.310,66	-	-	5.238.310,66	77.861.698,43
Fevereiro	70.053.853,63	6.911.039,19	55.569,71	-	6.966.608,90	77.020.462,53
Março	70.381.299,99	8.362.437,29	59.220,73	-	8.421.658,02	78.802.958,01
Abril	72.447.804,84	11.459.773,72	118.128,12	-	11.577.901,84	84.025.706,68
Maiο	72.626.612,89	12.377.882,66	469.924,98	-	12.847.807,64	85.474.420,53
Junho	75.659.775,05	11.144.635,14	200.567,21	-	11.345.202,35	87.004.977,40
Julho	80.469.142,09	10.538.284,15	439.636,54	-	10.977.920,69	91.447.062,78
Agosto	75.140.616,78	10.424.493,29	527.170,72	-	10.951.664,01	86.092.280,79
Setembro	86.676.382,64	11.479.098,68	762.091,07	-	12.241.189,75	98.917.572,39
TOTAL	676.078.875,68	87.935.954,78	2.632.309,08	-	90.568.263,86	766.647.139,54

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado
Fonte 250 – Superávit Tesouro
Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas
Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais - PROMOEX

Tabela 12 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2024 – Realizado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	TOTAL CAPITAL	TOTAL GERAL
Janeiro	-	-	-	-	77.861.698,43
Fevereiro	-	-	-	-	77.020.462,53
Março	-	-	-	-	78.802.958,01
Abril	-	-	-	-	84.025.706,68
Mai	13.494,00	-	-	13.494,00	85.487.914,53
Junho	-	122.814,75	-	122.814,75	87.127.792,15
Julho	441.219,31	-	-	441.219,31	91.888.282,09
Agosto	52.510,00	-	-	52.510,00	86.144.790,79
Setembro	97.395,01	-	-	97.395,01	99.014.967,40
TOTAL	604.618,32	122.814,75	-	727.433,07	767.374.572,61

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado

Fonte 250 – Superávit Tesouro

Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEEX

4.3. DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DTI

Subordinado à Presidência e composto pelas Seções Técnicas de Gestão e Relacionamento (DTI-1) e de Segurança da Informação (DTI-2), assim como pelas Divisões de Sistemas (DSIS) e de Tecnologia (DTEC), o DTI presta assessoria na área de Informática, respondendo pela análise e pelo acompanhamento de todas as atividades voltadas à Tecnologia da Informação, como testes de segurança de sistemas; homologação de *softwares*; operação e monitoramento de sistemas; implementação de novas soluções de tecnologia; gerenciamento da plataforma de envio e recebimento de *e-mails* corporativos e guarda, manutenção e distribuição de equipamentos.

No trimestre, quanto ao desenvolvimento e à manutenção de sistemas, o DTI atualizou os Painéis **VISOR**, **Terceiro Setor**, **Tietê Pinheiros**, **ODS** e **Mapa das Câmaras**. Além disso, realizou a implementação de melhorias no **ANIA.SEI**, lançou o aplicativo **Bem TCESP**, exclusivo para os servidores da Corte e que tem o intuito de facilitar o acesso às informações de carreira e oferecer funcionalidades voltadas ao bem-estar físico e mental. Ademais, no trimestre, atuou no apoio técnico à **I Fiscalização Ordenada de 2024**, que teve como tema o enfrentamento à violência contra as mulheres.

No serviço de suporte ao usuário, o DTI fez **1.938 atendimentos telefônicos**, sendo 1.001 para servidores e 929 para usuários externos (8 ligações foram abandonadas). Além disso, foram **gerados 7.526 chamados virtuais e finalizados 7.571**.

4.4. GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA – GTP

Subordinado à Presidência, é responsável pelo assessoramento no exame preliminar dos pressupostos de admissibilidade de recursos, ações de rescisão e revisão de julgado e representações, além de avaliar, sob perspectiva jurídica, outros tipos de expediente. Atua, ainda, na área do contencioso, representando o TCESP nos feitos judiciais.

O GTP elaborou **954 manifestações em processos e expedientes físicos e eletrônicos**, compreendendo a análise de consultas, recursos e ações, bem como a verificação e o encaminhamento de informações enviadas por órgãos públicos, comunicações de irregularidades, representações, matérias relacionadas a pessoal e licitações processadas por este Tribunal.

O Contencioso-GTP prestou informações à Procuradoria Geral do Estado em **155 processos e expedientes físicos**. Além disso, o setor procedeu ao acompanhamento de **379 ações** em que este Tribunal figura no polo passivo.

4.5. ESCOLA PAULISTA DE CONTAS PÚBLICAS – EPCP

Vinculada diretamente à Presidência do Tribunal, a partir da publicação da Resolução nº 13, de 29 de maio de 2024, a **Escola Paulista de Contas Públicas “Presidente Washington Luís” – EPCP** realizou **58 eventos**, dentre reuniões, cursos e produção de *podcasts*, que contaram com **1.769 participantes e 26.662 visualizações**.

Do setor, destacam-se as seguintes atividades:

- a) **Ciclo de Capacitações Nova Lei de Licitações e Contratos:** foram promovidos três encontros no formato de *live* nos dias 1º de julho (Registro de Preços), 12 de agosto (Obras e Serviços de Engenharia) e 9 de setembro (Alterações Contratuais), com o objetivo de atualizar os servidores sobre as principais decisões do TCESP a respeito do tema. No total, foram 233 participações online.

- b) XXII Semana Jurídica:** entre 5 e 9 de agosto, contou com palestras do Presidente do TJSP, Desembargador Fernando Antonio Torres Garcia, da Diretora-Presidente do Instituto Liberta, Luciana Temer, da Professora de Direito Penal da FDUSP Ana Elisa Bechara, do Diretor da FDUSP, Celso Fernandes Campilongo, e do Ministro do STF Alexandre de Moraes. Foram mais de 700 participantes presenciais e, aproximadamente, 5 mil espectadores pela TVTCE. No período vespertino, foram realizadas oficinas com temáticas da fiscalização, contando com a participação de 185 servidores presenciais e cerca de 400 *online*.
- c) Terceiro Setor:** no período, ocorreram dois eventos sobre o tema, a *live* “Novos Modelos de Relatório de Terceiro Setor”, no dia 16 de agosto, voltada ao público interno, com a participação de 163 servidores, e a “Jornada do Terceiro Setor”, uma série de quatro encontros sobre temas correlatos às parcerias com entidades do Terceiro Setor. As capacitações tiveram a participação de 134 pessoas presenciais e quase 7 mil *online*.
- d) Audep Fase IV:** o curso, no Auditório Nobre, em 23 de setembro, foi direcionado a servidores das áreas estadual e municipal, e teve por objetivo levar o participante a conhecer as novidades sobre a Fase IV (reformulação da Fase IV, Módulo de Concessão e PPPs). No total, foram 894 participantes entre as modalidades presencial e *online*.

Tabela 13 - Atividades da EPCP - 3º trimestre

3º trimestre de 2024	Quantidade de eventos	Número de participantes	Visualizações
<i>Cursos e eventos promovidos pela EPCP ou demais setores do TCESP</i>	37	1.698	26.311
<i>Reuniões</i>	15	71	55
<i>Podcontas</i>	6	-	296
TOTAL	58	1.769	26.662

A Biblioteca do TCESP – subordinada à EPCP – realizou **242** atendimentos presenciais e eletrônicos, incluindo pesquisas e respostas a consultas.

4.6. CENTRO DE GESTÃO DO e-TCESP

Instituído pelo Ato GP nº 11/2012, o Centro de Gestão do e-TCESP é responsável, dentre outras incumbências, pelo planejamento, organização, coordenação, aperfeiçoamento e controle das atividades voltadas ao desenvolvimento do Sistema de Processo Eletrônico da Corte. No trimestre, o quadro geral das atividades conduzidas pelo setor apresenta os seguintes números consolidados:

Tabela 14 - Atividades do Centro de Gestão do e-TCESP no trimestre

	Descrição	Julho	Agosto	Setembro	Total
Atendimentos	Telefone	506	529	505	1.540
	Fale Conosco	669	649	652	1.970
	“Web”	290	255	305	850
	E-mail	1	5	3	9
	Outros (<i>habilitação, perfil de acesso a usuários, substituição de usuários em férias, dentre outras atividades</i>)	378	389	344	1.111
Cópias Digitais (CDs) - íntegras de processos		205	250	400	855
Envio de e-mails (Comunicados)		127	150	95	372
Cadastros	Advogados	161	138	189	488
	Partes	487	509	449	1.445
	Órgãos	11	22	87	120
	Participação PILOTO ¹	3	2	1	6
	Processos Cadastrados PILOTO	2	6	0	8
	Liberação do PILOTO para Produção	0	1	0	1

Em relação às atividades sistêmicas, voltadas ao desenvolvimento, evolução e manutenção do e-TCESP, destacam-se o acompanhamento da atualização de servidores (infraestrutura), os ajustes das novas retrancas para publicação de “Certidões de Trânsito em Julgado”, as integrações com o sistema ANIA – com testes e disponibilização em

¹ Participação Piloto: participação realizada pelos órgãos jurisdicionados, em caráter de teste, para autuação direta de contratos pela própria parte, eletronicamente, sem necessidade de remessa de mídia digital ao TCE.

ambientes de homologação e produção –, a catalogação de Sentenças, os ajustes referentes à mudança de nomenclatura para Conselheiro Substituto - Auditor, o desenvolvimento de consulta e validação de dados para análise de processos paralisados por mais de 360 dias, entre outros.

4.7. DIRETORIA DE COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA – DCE

Criada pelo Ato GP nº 8, de 27 de abril de 2022, e vinculada ao Gabinete da Presidência, a DCE possui, entre suas atribuições, o acompanhamento e a coordenação dos processos de planejamento, bem como das informações gerenciais, de forma integrada e voltada ao constante aprimoramento da instituição.

Quanto à gestão e ao monitoramento do **Plano Estratégico 2022-2026**, para além das atividades rotineiras ao longo do terceiro trimestre, a **Seção de Planejamento e Projetos Estratégicos (DCE-1)** atuou prioritariamente na apresentação dos **quatro projetos vencedores do CAAPEFIS** ao Conselheiro-Presidente, Renato Martins Costa, e à Conselheira Coordenadora do Planejamento Estratégico, Cristiana de Castro Moraes. Essa apresentação foi fundamental para alinhar o entendimento do escopo de cada projeto e as expectativas com relação às entregas futuras. A DCE atuou na articulação dos projetos com as áreas envolvidas, apoiando a equipe responsável e garantindo os prazos pactuados.

Além disso, a DCE-1 organizou reuniões de **Monitoramento do Portfólio de Projetos Prioritários 2024** com a Conselheira Coordenadora do Planejamento Estratégico, envolvendo Gestores e Gerentes de projetos selecionados. Essas reuniões tiveram como objetivo avaliar o progresso das ações, identificar possíveis riscos e ajustar as estratégias conforme necessário para garantir as entregas estabelecidas. Foram, ainda, conduzidas revisões de cronogramas dos Projetos Prioritários, buscando adequações às demandas das diferentes áreas institucionais, aos avanços obtidos e às dificuldades encontradas. Essa revisão permitiu um ajuste mais realista das expectativas e dos prazos, garantindo que os projetos continuem a progredir de maneira eficiente e eficaz.

Ao final do terceiro trimestre de 2024, o Portfólio do Plano Estratégico 2022-2026 contava com **186 Projetos, dos quais 85 com *status* concluído, 56 em andamento e 45 ainda não iniciados**. Dentre os 27 Projetos Prioritários de 2024, constavam quatro com *status* concluído e 23 em andamento.

A **Seção de Informações Gerenciais (DCE-2)**, por sua vez, elaborou os **Relatórios de Informações Gerenciais (RIGs) nº 3/2024, 4/2024 e 5/2024**.

Dentre as atividades de rotina da DCE-2, foram estabelecidos contatos e fluxos de trocas de informações com **Unidades de Inteligência de Órgãos Públicos** das diversas esferas federativas. Destaque para a incumbência de assumir a **coordenação da Ação 1 do Fórum de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro no Estado de São Paulo (FOCCOSP)**, que trata da “Investigação e Atuação Interinstitucional na Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro”. Dentro da Ação 1, foi elaborado o planejamento para 2024, que estabeleceu a criação de um banco de dados de empresas de fachada, segundo critérios de cada órgão participante. No dia 11 de setembro, foi realizada a primeira reunião da Ação na sede do Banco Central do Brasil, sendo apresentado e aprovado o planejamento de 2024.

Junto à **Rede Nacional de Informações Estratégicas para o Controle Externo – InfoContas da Atricon**, a DCE-2 vem coordenando semanalmente o Grupo de Trabalho 3 (GT-3), que envolve as **Unidades de Inteligência dos Tribunais de Contas** e trata da atuação do Terceiro Setor nos serviços de Saúde. Adicionalmente, a DCE-2 participou: (i) de reuniões de alinhamento com o Ministério da Justiça para acesso ao Sistema CórTEX; e, (ii) de reuniões com Instituições Bancárias para tratativas sobre Acordo de Cooperação visando ao compartilhamento de dados e informações pertinentes às contas bancárias dos Órgãos Jurisdicionados.

Com relação às tratativas para assinatura de ACT com os Bancos, iniciou-se piloto para obtenção de dados das folhas de pagamento de Prefeituras Municipais. Também foram elaboradas as minutas dos Acordos e enviadas às Instituições Bancárias para análise.

Em continuidade, a DCE-2 vem desenvolvendo, em conjunto com a Divisão AudeSP e com o Departamento de Tecnologia da Informação, **nova ferramenta (ARES 2.0) de consulta que utiliza o conceito de análise de grafos e permite encontrar vínculos diretos e indiretos entre pessoas físicas e jurídicas**.

Por fim, como iniciativa própria, a DCE coordenou estudos para a formulação de **Resolução que institui medidas para incentivo da meritocracia e da proporcionalidade de gênero no TCESP**. Essa ação inovadora tem como objetivo promover um ambiente de trabalho mais justo e equitativo, incentivando o reconhecimento e a valorização dos servidores com base em seus méritos e contribuindo para a redução das disparidades de gênero verificadas na ocupação de posições de liderança.

4.8. DIRETORIA DE EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA – DEP

Também criada junto ao Gabinete da Presidência pelo Ato GP nº 8, de 27 de abril de 2022, a Diretoria de Expediente da Presidência possui, dentre outras, a atribuição de prestar apoio ao Presidente e ao Chefe de Gabinete na interlocução com as áreas vinculadas à Presidência, Gabinetes e demais setores do Tribunal, bem como dar instrução aos expedientes físicos e eletrônicos encaminhados ao Gabinete da Presidência, fornecendo subsídios para elaboração dos despachos de encaminhamento dos feitos.

No período, a Diretoria preparou **836 despachos no âmbito do Sistema SEI (administrativo), além de 670 minutas de despachos no e-TCESP.**

Também conduziu as tarefas necessárias à realização de **6 Sessões Administrativas do Tribunal Pleno.** Promoveu, ainda, a redação ou análise, conforme o caso, das minutas de Atos Normativos exarados no período.

4.9. OUVIDORIA

Instituída pela Resolução nº 3/2015, publicada no DOE de 12/3/2015, realizou **6.256 atendimentos**, neste trimestre. A Ouvidoria também é responsável pelo **Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)**, que, no período, processou **62 pedidos** de informações. Abaixo, quadro resumo dos atendimentos realizados:

Gráfico 4 - Atendimentos realizados pela Ouvidoria



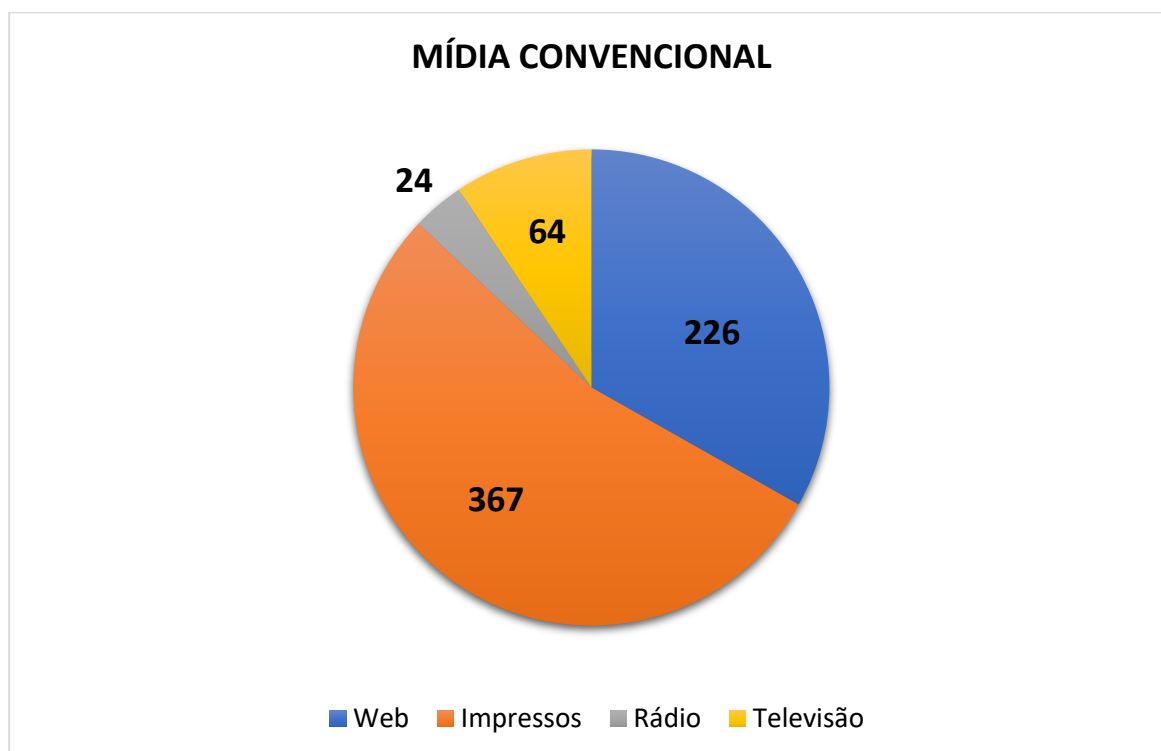
Registre-se, ainda, o total de **618 solicitações** de suporte técnico a sistemas efetuadas por cidadãos e jurisdicionados, através do Portal da Ouvidoria, as quais foram devidamente encaminhadas às áreas técnicas responsáveis pelos respectivos atendimentos.

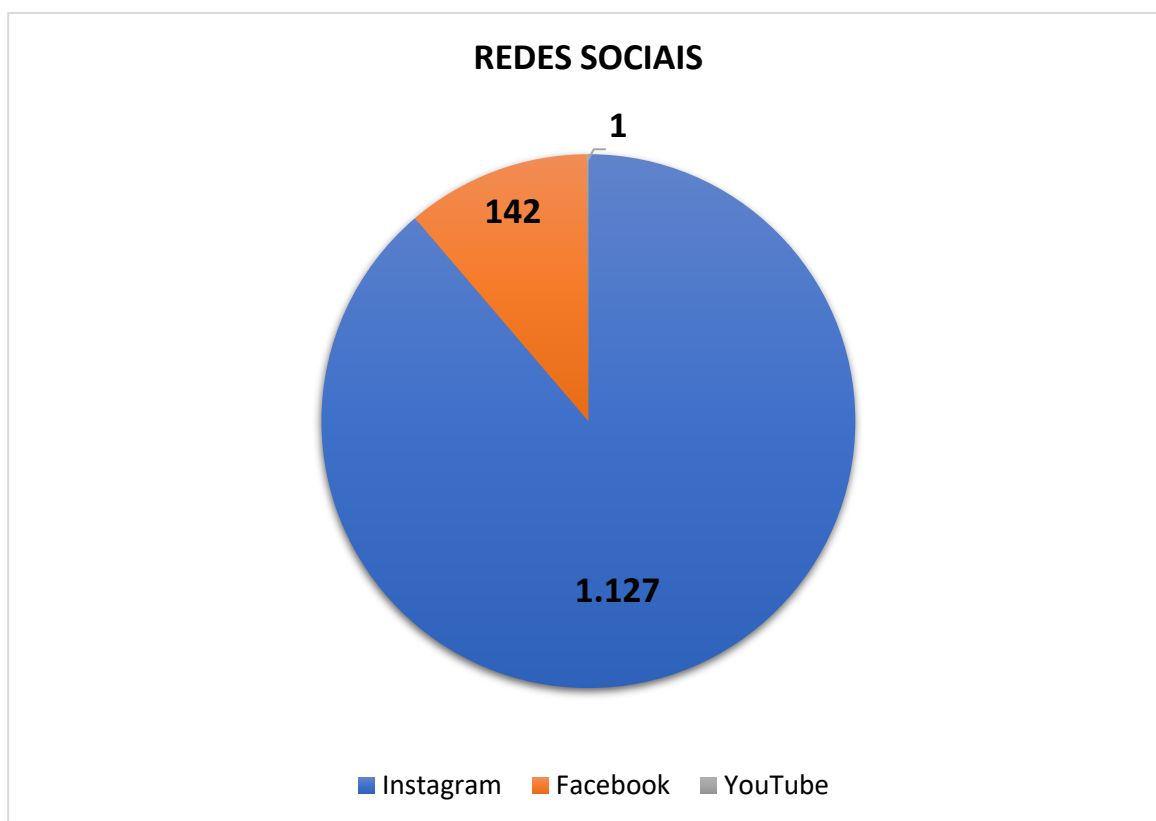
4.10. DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – DCS

Instituída pela Resolução nº 22, de 12 de dezembro de 2023, a Diretoria de Comunicação Social do TCESP é responsável por desenvolver ações de comunicação que valorizem a missão constitucional do Tribunal, promovendo o fluxo adequado de informações entre o público externo, os jurisdicionados e os servidores. Dentre as atividades promovidas no período, destacam-se:

CLIPPING: a DCS utiliza-se de ferramenta de clipagem de conteúdo para monitoramento e análise de menções feitas ao TCESP na mídia convencional e nas redes sociais, abrangendo televisão, rádio, jornais e revistas (impressos e em meio eletrônico), sites noticiosos, blogues, entre outros. No terceiro trimestre, foram **1.951 registros, sendo 681 em mídia convencional e 1.270 em redes sociais.**

Gráfico 5 - Menções feitas ao TCESP na mídia convencional e nas redes sociais





NEWSLETTER: a Diretoria também é responsável pela produção de *newsletters*, com periodicidade semanal, com as principais notícias, decisões e julgamentos. No período, foram produzidas **30 newsletters**, enviadas a **412.061 contatos**, sendo **410.544 externos** e **1.517 internos** (servidores na Capital e nas Unidades Regionais).

PUBLICAÇÕES: produção/veiculação de manuais e materiais de cunho institucional. No período, foram **publicados pela DCS 16 artigos e cinco boletins**. Ademais, no terceiro trimestre, foram disponibilizados **97 vídeos no canal do YouTube** da Corte de Contas paulista e contabilizadas mais de **104 horas de transmissões em tempo real**, gerando **52.058 visualizações**. Além disso, o canal recebeu **463 novos inscritos** e **1.399 vídeos foram compartilhados**. Por fim, foram publicados **7 episódios no Podcast do TCESP** e registradas **67 reproduções** dos conteúdos.

PORTAL INSTITUCIONAL (INTERNET) e PORTAL DO SERVIDOR (INTRANET): no terceiro trimestre, foram publicadas **165 matérias**, divulgando tanto as decisões das Câmaras e do Tribunal Pleno quanto realizações de natureza institucional, como seminários,

cursos, artigos, eventos internos e externos etc. As páginas contaram com **44.390 visitantes e tiveram 3.026.537 visualizações, sendo 261.133 no Portal do Servidor.**

CERIMONIAL: a Seção de Cerimonial é responsável por acompanhar a agenda do Presidente (e Conselheiros, quando solicitado), participando da elaboração de roteiros relacionados a visitas externas, eventos e viagens de caráter institucional. Atua, ainda, na recepção de autoridades que visitam o TCE/SP. No terceiro trimestre de 2024, o Cerimonial atuou em **3 audiências internas e 1 externa**, além de **18 eventos internos e 6 externos**, elaborando roteiros e prestando suporte técnico protocolar.

4.11. ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Polícia Militar do Estado de São Paulo atua junto ao TCE pela presença da unidade APMTCE – Assessoria Policial Militar do Tribunal de Contas do Estado, que, além das funções próprias de assessoramento, executa ações de segurança pública e atendimento à população por meio do posto policial instalado nas dependências da Corte.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São esses, em síntese, os dados consolidados do **terceiro trimestre de 2024**, decorrentes de atividades de natureza administrativa e do efetivo exercício do controle externo confiado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

RENATO MARTINS COSTA
PRESIDENTE

ANEXO – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCESP

Com o objetivo de difundir novas ações, novos procedimentos e demais informações afetas às ações fiscalizatórias desta Corte, o Tribunal de Contas do Estado exarou comunicados destinados aos jurisdicionados e ao público em geral, que seguem abaixo e podem ser acessados na página do TCESP, no seguinte endereço:

<https://www.tce.sp.gov.br/comunicados>

Tabela 15 - Comunicados expedidos pelo GP

COMUNICADOS GP			
Área	Comunicado	Título	DOE-TCESP
GP	35/2024	Listas de Exames Prévios de Editais e Medidas Cautelares em Procedimentos Licitatórios submetidas ao Tribunal Pleno	27/9/2024
GP	34/2024	Julgado do e. STF proferido na ADI 6890/DF	26/9/2024
GP	33/2024	Listas de Exames Prévios de Editais e Medidas Cautelares em Procedimentos Licitatórios submetidas ao Tribunal Pleno	20/9/2024
GP	32/2024	Listas de Exames Prévios de Editais e Medidas Cautelares em Procedimentos Licitatórios submetidas ao Tribunal Pleno	13/9/2024
GP	31/2024	Listas de Exames Prévios de Editais e Medidas Cautelares em Procedimentos Licitatórios submetidas ao Tribunal Pleno	6/9/2024
GP	30/2024	Listas de Exames Prévios de Editais e Medidas Cautelares em Procedimentos Licitatórios submetidas ao Tribunal Pleno	30/8/2024
GP	29/2024	Listas de Exames Prévios de Editais e Medidas Cautelares em Procedimentos Licitatórios submetidas ao Tribunal Pleno	23/8/2024
GP	28/2024	Listas de Exames Prévios de Editais e Medidas Cautelares em Procedimentos Licitatórios submetidas ao Tribunal Pleno	16/8/2024
GP	27/2024	Eleições 2024 - Encaminhamento de informações à Justiça Eleitoral pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	16/8/2024

GP	26/2024	Arquivamento de processos quando da transferência de estatais à iniciativa privada ou à União	15/8/2024
GP	25/2024	Listas de Exames Prévios de Editais e Medidas Cautelares em Procedimentos Licitatórios submetidas ao Tribunal Pleno	2/8/2024
GP	24/2024	Listas de Exames Prévios de Editais e Medidas Cautelares em Procedimentos Licitatórios submetidas ao Tribunal Pleno	29/7/2024
GP	23/2024	Listas de Exames Prévios de Editais e Medidas Cautelares em Procedimentos Licitatórios submetidas ao Tribunal Pleno	19/7/2024
GP	22/2024	Listas de Exames Prévios de Editais e Medidas Cautelares em Procedimentos Licitatórios submetidas ao Tribunal Pleno	5/7/2024

Tabela 16 - Comunicados expedidos pela SDG

COMUNICADOS SDG			
Área	Comunicado	Título	DOE-TCESP
SDG	57/2024	Inscrições para remoção de servidores	30/9/2024
SDG	56/2024	Alteração no Comunicado SDG nº 45/2024, sobre a Fase IV do Sistema Audesp	16/9/2024
SDG	55/2024	Complementação VAAT/FUNDEB	9/9/2024
SDG	54/2024	Entidades proibidas de novos repasses	4/9/2024
SDG	53/2024	Programa Nacional de Transparência	2/9/2024
SDG	52/2024	Fiscalização de transferências especiais aos municípios e ao Estado por meio de emendas parlamentares	2/9/2024
SDG	51/2024	Prazo para as redes de ensino estaduais e municipais aderirem ao programa Escola em Tempo Integral (ETI)	16/8/2024

SDG	50/2024	ALERTAS de que trata o parágrafo 1º do artigo 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal relativos ao terceiro bimestre (RRO) do ano de 2024	12/8/2024
SDG	49/2024	Alerta sobre a situação dos Aterros de Resíduos Sólidos dos municípios jurisdicionados	12/8/2024
SDG	48/2024	Obrigatoriedade da remessa de dados dos ajustes e das prestações de contas (informações relativas aos dados orçamentários e financeiros) referentes às Concessões e Parcerias Público-Privadas	8/8/2024
SDG	47/2024	Entidades proibidas de novos repasses	7/8/2024
SDG	46/2024	ALERTA aos Municípios e agentes públicos correspondentes sobre o teor da Resolução MEC/FEBQ nº 3, de 1º de julho de 2024	5/8/2024
SDG	45/2024	SEI 0011826/2024-80 – Pacto Nacional EJA	5/8/2024
SDG	44/2024	Volume de processos julgados no 2º trimestre do exercício de 2024	24/7/2024
SDG	43/2024	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento Básico-SINISA	22/7/2024
SDG	42/2024	Programa Nacional de Vacinação em Escolas Públicas	22/7/2024
SDG	41/2024	SEI 0011826/2024-80 – Pacto Nacional EJA	22/7/2024
SDG	40/2024	Alerta sobre a necessidade de pleno cumprimento do Programa Nacional de Transparência Pública	17/7/2024
SDG	39/2024	Levantamento Nacional – Retrato da Educação Infantil no Brasil: Acesso e disponibilidade de Vagas	10/7/2024
SDG	38/2024	Alertas de que trata o parágrafo 1º do artigo 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal relativos ao segundo bimestre (RRO) e primeiro quadrimestre (RGF) do ano de 2024	10/7/2024
SDG	37/2024	Regras para disponibilização, distribuição e movimentação dos recursos do Fundeb	10/7/2024
SDG	36/2024	Entidades proibidas de novos repasses	3/7/2024

